

INÊS FILIPA COELHO DE SOUSA PARREIRA

IDENTIDADE, *PURPOSE* E SENTIDO DE VIDA EM
ADOLESCENTES E JOVENS ADULTOS

Orientador: Jorge Ferreira

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Psicologia

Lisboa
2012

INÊS FILIPA COELHO DE SOUSA PARREIRA

IDENTIDADE, *PURPOSE* E SENTIDO DE VIDA EM
ADOLESCENTES E JOVENS ADULTOS

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de
Mestre em Psicologia da Educação no Curso de
Mestrado de Psicologia da Educação conferido pela
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Orientador: Professor Doutor Jorge Ferreira

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Psicologia

Lisboa
2012

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.”

Fernando Pessoa

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu avô Coelho.

Porque foi a pensar em ti que muitas vezes fui arranjar forças, motivação e coragem para continuar e terminar.

A pensar no que me dizias, no que querias para o meu futuro, no que idealizaste e sempre acreditaste.

Porque faria muito mais sentido se estivesses presente, porque sei que te iras orgulhar. E seria a melhor prenda que te poderia dar.

Por todos os ensinamentos, pela educação, por acreditares em mim, num futuro com trabalho e sucesso. Com suor, batalhas, vitórias e derrotas, mas sempre com vontade de trabalhar, com garra e sem desistir.

Porque era importante para ti e tornou-se bastante importante para mim!

Podias ter esperado um pouco mais, mas sei que já era impossível lutares, obrigada por tudo o que me deste e em quem me tornas-te.

Este trabalho é para ti!

Fazes-me falta...

Agradecimentos

Em primeiro lugar ao Professor Jorge Ferreira, por todo o apoio, tempo dispensado, os concelhos, a paciência, pelo trabalho em conjunto, por não ter desistido de mim, por me fazer acreditar em mim e nas minhas capacidades, cada cada dificuldade que me ajudou a ultrapassar, por cada vitória conseguida;

À Inês Brito, Marta Martins e Patricia Pesqueira, pela amizade, pelas lágrimas e gargalhadas, por cada momento, cada palavra, por não me deixarem desistitir, por me darem a força que precisava, pela vossa amizade, por tudo o que voçes sabem e eu sinto.

Aos meus pais e aos meus irmãos, por todo o apoio que me deram, por atrarem o meu mau feitio durante este percurso, por acreditarem em mim, por estarem comigo, por nunca desistirem de mim e por serem o meu pilar!

Ao João Neves, que mesmo antes de eu começar a tese sempre acreditou que eu a iria terminar, pelos jantares, pelo apoio, pela amizade, por tudo o que aturas, por estares sempre perto mesmo estando distante.

À Andreia, Tiago, Nuno e Filipe, por cada momento e sorriso, por saberem antes de mim que ia terminar a tese!

À equipa fantástica que trabalha comigo, por toda a compreensão e apoio que me deram durante estes dois anos!

Ao Pedro Paiva por tudo o apoio, pela paciência, pela tua dedicação, amor e carinho, por te preocupares sempre comigo, por me dares um lugar de inspiração, por aturares o meu mau feitio e mesmo assim não desistires de mim.

Resumo

Vários estudos indicam que a identidade vai sendo construída e definida, um processo desenvolvimental onde também acontece a definição de objetivos de *purpose* e de um sentido de vida. O objetivo deste estudo foi analisar a relação entre estas três variáveis tendo sido considerado que a existência de objetivos de *purpose* e de um sentido de vida estão associados ao melhor desenvolvimento da identidade em dois grupos etários, adolescentes e adultos emergentes. As variáveis foram respetivamente avaliadas por uma medida de objetivos de *purpose* e uma medida de *Sentido de Vida* que incluía a consciência de ter um sentido de vida e a satisfação com este, construídas para este estudo, e a identidade foi avaliada pela versão reduzida da PIES (Markstrom et al, 1997). As medidas foram aplicadas a 80 adolescentes ($M = 16,02$; $Dp = 0,42$) e 80 adultos emergentes ($M = 16,02$; $Dp = 0,42$). Verificámos que o sentido de vida, consciência e satisfação, estão associados ao desenvolvimento da identidade, em ambos os grupos; os objetivos de família, amizade e carreira estão associados com a identidade nos adolescentes.

Palavras-chave: Identidade, Sentido de Vida, Objetivos de *Purpose*, Adolescentes, Adultos emergentes

Abstract

The results of several studies show us that aging builds and defines Identity, a process that will occur with purpose goals and meaning of life. The aim of this study was analyse the relation between this variables. Our hypothesis is purpose goals and meaning of life are associated with a better identity development and we tested his in youth and emergent adulthood. We used a measure of purpose goals and a measure of meaning of life builded for this study. The identity development was evaluated by PIES (PIES, Markstrom et al, 1997), to a sample of 160 people, 80 youth ($M = 16,02$; $Dp = 0,42$) and 80 emergent adulthood ($M = 16,02$; $Dp = 0,42$). Results show that meaning of life, conscience and satisfaction, are associated with identity development in both groups; goals related with family, friendship and career were associated with identity in youth.

Key Words: Identity, Meaning of Life, Purpose, Youth, Emergent Adulthood

Abreviaturas, siglas e símbolos

Cont.	Continuação
ESV	Escala de Sentido de Vida
MLQ	Meaning of Life Questionnaire
NEET	Not in employment, not in education and not in a training
P	Página
PIES	Psychosocial Inventory of Ego Strengths

Índice

Introdução	10
Capítulo 1 - O desenvolvimento da identidade e a construção de um ego resiliente	13
1.1 - A noção de identidade do ego	14
1.2 - O desenvolvimento psicossocial e a construção da identidade do ego em Erikson	16
1.3 - As forças ou virtudes do Ego, uma medida da qualidade do desenvolvimento da identidade	31
1.4 - Mudanças sociais e a necessidade de reconcetualizar a adolescência e a adultícia Emergente	34
Capítulo 2 – Objetivos de <i>Purpose</i> e sentido de vida, fatores determinantes do desenvolvimento psicossocial	39
2.1 – <i>Purpose</i> e objetivos de vida	40
2.2 - O sentido de vida, processo e/ou produto da existência de <i>purpose</i>	47
Capítulo 3 – Problema de investigação	54
Capítulo 4 – Método	59
4.1- Participantes	60
4.2 – Medidas	60
4.3 – Procedimento	62
Capítulo 5 – Resultados	63
Capítulo 6 – Discussão	71
Referencias	79

Introdução

A construção e reconstrução da identidade são processos que nos acompanham ao longo da vida! É uma questão recorrente no discurso a nível do senso comum naquele que é confundido nos meios de comunicação social.

O conceito de identidade é tão normal ao pensamento humano que faz parte não só da linguagem comum, como do vocabulário teórico de quase todas as ciências, sendo conhecida na Psicologia (Ciências Humanas) de identidade pessoal (Carvalho, 1999).

Identidade, do latim tardio *identitate*, significa “o mesmo sentido”, consciência que uma pessoa tem de si própria. Conjunto de nome de apelido, de parentesco, de profissão, e até de sinais físicos (altura, cor dos olhos, etc.) que “individualiza” a pessoa, ou seja, o conjunto de elementos que permitem saber quem uma pessoa é. Podemos também definir identidade como carácter do que é o mesmo (Machado, 1981).

Se no domínio lógico da analítica dos conceitos a identidade é singularização, no domínio psicológico, a identidade pessoal resulta da singularização do eu por oposição a outros, pela diferenciação interpessoal (Carvalho, 1999).

Pode supor-se que o momento originário da constituição da identidade pessoal é o da visão especular ou visão narcísica do próprio corpo – momento em que o sujeito pela primeira vez se percebe e experiencia como figura separada, limitada – o corpo e a sua representação não são suficientes para a constituição da identidade pessoal (Carvalho, 1999).

A construção da identidade tem-se tornado um dos principais temas de debate e de análise psicológica, antropologia e sociologia. Podemos dizer que a construção da identidade envolve complexos processos que levam o homem a ser aquilo que é, a agir, apresentar-se e autopercecionar-se de determinadas formas (Pereira, 2002).

A conceção essencialista da identidade sugere a existência de uma identidade básica, uma verdade mais autêntica e mais profunda que torna o indivíduo naquilo que ele é, com alguma imutabilidade, independentemente do seu processo vivencial (Pereira, 2002).

A identidade não é totalmente determinada à nascença, por fatores exógenos, é (re) construída ao longo da vida, como resultado de múltiplos processos temporais, de inserção e interação e, como tal, deve ser vista como uma reconstrução permanente, flexível e dinâmica e não como uma pré-construção essencialista (Pereira, 2002).

As identidades são produzidas pelas e para as interações mediante fenómenos de identificação e demarcação relativamente a redes, grupos, classes, culturas, etc. (Pereira, 2002).

Para realizar esta tarefa de identidade o jovem deve adquirir um sentido evolutivo do tipo de pessoa que pretende ser e de qual vai ser o seu projeto de vida, ou seja, de clarificar para si próprio o que dá significado à sua pessoa, que lhe dá identidade. Este sentido de identidade ou de *self* é muito favorecido pela definição e desenvolvimento do que Damon (2008, p 33). Desta forma o jovem começa a criar objetivos de vida e a clarifica-los, sendo que estes com o decorrer do tempo podem ser alterados. Estes objetivos de vida deverão fazer com que a vida ganhe sentido, com que o jovem tenha um caminho definido a percorrer.

Podemos então dizer que o sentido de vida resulta de processos de questionamento existencial nos seres humanos em busca da aquisição de um sentido de clareza e coerência para o seu presente e futuro, para os seus projetos, para as suas vidas. Ao mesmo tempo esta busca de definição de um sentido vida é, também, a procura de aquisição de um sentido coerente de identidade ou de um sentido de finalidade (Sommerhalder, 2009).

Em suma, a identidade descreve o modo como nos vemos através dos outros e como nos imaginamos ser vistos por eles.

O presente trabalho encontra-se estruturado em quatro partes distintas, sendo que a primeira corresponde ao enquadramento teórico constituído por três capítulos referentes à Identidade, onde é feita uma abordagem histórica e definida à Identidade; será abordada a teoria de Erikson bem como o modelo de Marcia, passando para a definição de jovens adultos e as virtudes do Ego. De seguida, são definidos os conceitos de sentido e objetivo de vida de forma a relacionar estes dois conceitos com a identidade em adultos emergentes. A segunda parte diz respeito à metodologia e é o espaço onde são discriminados os instrumentos utilizados, quais os participantes no estudo e as diretrizes do procedimento a empregar. A terceira parte compreende a apresentação, análise e discussão dos resultados. Por fim, a quarta parte caracteriza-se pela apresentação das principais conclusões e possíveis sugestões para um trabalho futuro.

Capítulo 1 – O desenvolvimento da identidade e a construção de um ego resiliente

1.1. A noção de identidade do ego

O conceito de identidade surgiu pela primeira vez na teoria psicanalítica, mais concretamente em “*Interpretação dos Sonhos*”, obra publicada por Freud em 1899, onde o autor refere que qualquer atividade psíquica tem como objetivo estabelecer a identidade entre o desejo e a percepção, pois essa identidade garante a realização desse desejo (Costa, 1991).

A formação e desenvolvimento da identidade começaram a ser estudados por relação ao contexto social do indivíduo e não apenas de um modo individualista e isolado (Costa, 1991 e Bosma, 1985). De facto, não é possível abordar a identidade do ego sob uma perspetiva puramente individualista e esquecer a vertente social, pois o conceito de identidade apresenta íntimas conexões com a realidade social, pelo que a sua análise deve considerar a evolução histórica da forma como o homem se foi vendo a si próprio e à sua experiência ao longo do tempo (Carvalho, 1999).

Desde a publicação de Freud que a identidade tem constituído um tema de análise para a psicologia, um interesse que tem vindo a aumentar ao longo dos anos. As constantes mudanças sociais que se têm feito sentir e que determinam certas características na sociedade atual é um dos motivos que sustenta o interesse relacionado com o estudo da identidade. Baumeister (1987) procurou evidenciar esta relação entre a problemática da identidade e o desenvolvimento histórico. Partindo de dados históricos, biográficos e literários, o autor traçou uma sequência da definição de identidade na sociedade Ocidental, desde a Idade Média até à atualidade. O autor distingue, desta forma, três períodos históricos marcados por diferentes concepções da identidade, nomeadamente, a parte final da Idade Média (séculos XI a XV), do início da Idade Moderna ao Romantismo (séculos XV a XVIII), e do período Vitoriano até à atualidade (entre década de 30 do século XIX até à atualidade).

Na Idade Média, o conhecimento de si próprio para os indivíduos não era assunto de preocupação. A identidade do sujeito medieval era definida pela linhagem, pelos papéis sociais e particularmente pelo seu género de pertença. As mudanças, como o tornar-se adulto, o casamento e a parentalidade estavam bem demarcadas, tornando o processo de autodefinição simples e linear. Consequentemente, as relações entre o indivíduo e a sociedade eram estáveis e não problemáticas. A realização pessoal, tal como hoje é entendida, não era um objetivo que se colocasse na vida do homem medieval. A crença cristã de uma salvação divina após a morte induzia os indivíduos à conformidade com a sua vida real e ao adiamento da sua satisfação para a vida espiritual e eterna o que tornava normal e esperada a vivência da

frustração na vida terrena. Com o aumento do comércio no final da Idade Média e o início da Idade Moderna, cresceram também as classes intermédias e aumentou a mobilidade social. A sociedade tornou-se mais flexível, primeiro com o declínio do sistema feudal de definição dos papéis sociais e depois com o rápido crescimento urbano e industrial que acarretou novas oportunidades de trabalho. Este contexto permitiu que as pessoas comesçassem a destacar-se para além dos papéis socialmente atribuídos, assumindo uma atitude mais individual, na medida em que passaram a ter à sua disposição um leque mais diversificado de opções de estilos de vida, pelo menos no que concerne aos homens. Deste modo, foi assim iniciada uma separação entre os domínios público e privado, até aí inexistente, e que refletia a emergência de uma nova atitude que considerava a existência de uma parte do Eu não pertencente ao domínio público e à sociedade (Baumeister, 1987). Os indivíduos, nesta altura, passaram a definir-se mais pela riqueza do que pela linhagem, o que trouxe dimensões sociais de competitividade, incerteza, mobilidade e, portanto, uma maior necessidade em fazerem escolhas e tomarem decisões. A cada indivíduo era agora permitido optar pela melhor forma de realizar o seu potencial, em vez de aceitar passivamente o que a sociedade lhe havia destinado (Carvalho, 1999).

Esta nova conceção social teve influências nas atitudes educativas. As crianças passam a ser encaradas como tábuas rasas, podendo desenvolver-se em qualquer sentido segundo a orientação que lhes era dada. Ariés e Stone referem o surgimento neste período de um maior investimento afetivo na relação pais-filhos, tornando-a mais individualizada (Carvalho, 1999). De facto, até à Revolução Francesa, na França urbana, havia um desinteresse claro dos pais pelos filhos nos seus primeiros tempos de vida. Porém, no decorrer do século XVIII, assistiu-se a uma inversão total dos valores maternos, com a transformação da mãe indiferente, pelo menos aparentemente, numa «mãe-galinha», constituindo o início daquilo que são os pressupostos da vida familiar moderna, ou seja, uma relação assente no amor maternal. Com a introdução da afetividade nas relações pais-filhos, as relações tornam-se cada vez mais individualizadas e especiais. A criança cresce acreditando que é única ou especial e em adulto tenderá a pensar da mesma forma. Assim se fomenta o individualismo, emergindo a identidade como uma questão à qual os indivíduos começam a ter de responder (Carvalho, 1999).

O potencial humano torna-se, assim, uma questão mais problemática, refletindo-se na preocupação crescente que cada indivíduo começa a demonstrar com o seu autoconhecimento.

Desta forma, decresce a importância atribuída aos fatores externos, sociais, por exemplo os mitos e os rituais, na definição da identidade de cada indivíduo. A oferta de uma variedade de modelos de pensamento e de comportamento e a existência de contradições no complexo que é a totalidade social problematizam a integração dos indivíduos na ordem social e, por isso, desempenham um importante papel na estruturação da identidade contemporânea (Carvalho, 1999).

Mas, a alteração das condições de construção da identidade têm continuado a sofrer alterações. Através da análise dos heróis televisivos e do simbolismo latente na publicidade durante a década de 80, é possível perceber que a identidade pós-moderna apresenta características singulares que a distinguem claramente da identidade da era moderna: enquanto a identidade moderna constitui uma questão que envolvia escolhas fundamentais nas esferas ocupacional, política e familiar, permitindo ao indivíduo definir-se e afirmar-se, a identidade pós-moderna tende a construir-se a partir do lazer, da imagem e do consumismo, consistindo mais numa escolha de estilo e de comportamentos do que em qualidades psicológicas ou morais intrínsecas (Carvalho, 1999).

Ainda será talvez cedo para afirmar se a multiplicidade de imagens e papéis que acompanham o indivíduo atual é positiva ou negativa. Por um lado, a possibilidade de mudança radical de vida aumenta consideravelmente a liberdade individual mas, por outro lado, poderá levar a vivências fragmentadas e dispersas de si induzindo ansiedade e crises de identidade.

Existe, portanto, uma relação entre as características sociais de diferentes épocas da humanidade e a forma como as pessoas constroem a sua identidade e mobilizam o conhecimento de si próprias para definirem um significado às suas vidas. A compreensão da construção da identidade requisita, assim, uma teoria que a problematize no contexto da interação entre as potencialidades do indivíduo e as oportunidades oferecidas pelo ambiente. Um requisito que na nossa opinião é alcançado pela teoria do desenvolvimento psicossocial de Erik Erikson (1968).

1.2. O desenvolvimento psicossocial e a construção da identidade do ego em Erikson

Erikson (1968) foi o primeiro psicanalista a debruçar-se seriamente sobre o fenómeno da formação da *identidade*. O seu trabalho baseou-se na perspetiva freudiana sobre o desenvolvimento da personalidade, fundamentando-se nos conceitos clássicos de energia

libidinal e de *Id* mas, mais que Freud havia feito, valorizando as capacidades egóicas de adaptação ao ambiente. Assim, na sua perspetiva, a identidade do ego é um processo que depende da capacidade construtiva do indivíduo apoiada na sua maturação biológica mas, também, das exigências e oportunidades oferecidas pela sociedade, pelo que procura estabelecer uma integração das duas dimensões identitárias, pessoal e social. O conceito de identidade, na perspetiva de Costa (1991), está, portanto, intimamente ligado a uma perspetiva de desenvolvimento individual, por um lado, assente num plano epigenético determinado e, por outro lado, relativa às características da sociedade em cada período histórico. Podemos então dizer que Erikson concetualiza e define a identidade de uma forma interdisciplinar em que a construção biológica, a organização pessoal da experiência e o ambiente cultural dão significado, forma e continuidade à existência do indivíduo.

Erikson (1968) fala-nos de *similitude* e *continuidade*, tentando assim integrar os dois sentidos de identidade, e ainda das atividades do ego para estabelecer a mutualidade entre o indivíduo e os aspetos essenciais do grupo em que está inserido. Apesar de ter começado pela observação de situações patológicas denominadas como situações de confusão de identidade, procurou descrever o desenvolvimento normal (Vaz, 1990). Assim, para falar de *crise de identidade*, Erikson observou pacientes que tinham perdido a noção da identidade pessoal e de continuidade histórica e, em grande parte, o controlo sobre si próprios e reconheceu que o mesmo tipo de perturbação era visível em jovens cujo sentimento de confusão se devia mais a uma guerra dentro deles próprios e, por vezes, contra a sociedade. Desta forma, a identidade foi inicialmente definida pela sua ausência, qualquer coisa que dava sentido de uniformidade e continuidade à vida do indivíduo (citado por Costa, 1991).

A identidade é, portanto, a noção fundamental que Erikson (1968) utiliza para explicar o *desenvolvimento psicosocial*. Esta apenas está definida no final da adolescência, quando o indivíduo depois de proceder à ressíntese das identificações infantis, organiza um sistema próprio de valores e crenças e define o tipo de pessoa que pretende ser. A identidade é, no entanto, um processo que se vai desenvolvendo desde o nascimento, ocorrendo por volta do primeiro encontro verdadeiro da mãe e do bebé como duas pessoas que se podem tocar e reconhecer reciprocamente.

O processo de desenvolvimento da identidade, segundo Erikson, depende e inicia-se no primeiro encontro com a mãe, em que o sentido de “eu” emerge do jogo de confiança durante a infância. É da experiência de uma relação segura que a criança se conhece como

distinta das suas figuras significativas. A *introjeção* e a *identificação* a estas figuras são as primeiras formas de estruturação do eu. Só quando o adolescente se torna capaz de selecionar e sintetizar essas identificações é que a formação da identidade ocorre (Costa, 1991).

Erikson apresenta um esquema cumulativo de desenvolvimento psicossocial que envolve a aquisição de um estilo consciente de organização da experiência, a reestruturação da identidade desde a infância e a incorporação de papéis oferecidos pela sociedade. Este esquema é descrito em oito estádios do desenvolvimento psicossocial, que resultam da convergência em sínteses do Eu do crescimento físico, da maturidade cognitiva e dos pedidos sociais e que permitem a realização de tarefas para o desenvolvimento. Cada estádio implica um dilema particular, ou *crise psicossocial*, em que o indivíduo desenvolve atitudes básicas que marcam a sua evolução como ser social e contribuem para o desenvolvimento da identidade (Costa, 1991).

O conceito de crise não é usado para referenciar um aspeto negativo do desenvolvimento mas, ao invés, para acentuar a existência de períodos críticos no percurso evolutivo, ou seja, de períodos de tempo cruciais de crescente vulnerabilidade e de potencialidade acentuada (Vaz, 1990). Desta forma, o período de cada crise é marcado por dois momentos críticos, um no princípio e outro no fim, sendo que o primeiro marca o encontro do indivíduo com o ambiente que exige padrões de comportamento mais socialmente desenvolvidos e definidos como apropriados para aquela idade e o segundo representa a avaliação desse período (Costa, 1991).

Assim, para Erikson, o desenvolvimento psicossocial pode ser descrito através de estádios que implicam a resolução de *tarefas desenvolvimentais* que, embora relacionada com a qualidade da resolução das tarefas anteriores, mantém alguma independência da resolução dos estádios anteriores. Dito de outro modo, essa resolução pode redefinir as sínteses do ego anteriormente feitas e, também, permitir a resolução de aspetos que permaneceram mal sintetizados em estádios anteriores (Costa, 1991).

Erikson (1968), concebe a identidade do ego como um processo multidimensional na medida em que o ego não interage apenas consigo próprio e com outras estruturas psíquicas, mas também com o contexto social, mais precisamente, com as expectativas e suportes que dele imanam. Esta interação vai-se processando através de identificações que vão formando as estruturas do ego e que vão, pouco a pouco, permitindo ao indivíduo um autoconhecimento, ou seja, uma consciência de si e da realidade que traduzem a sua identidade. Este sentido

identidade deve manter uma certa coesão e continuidade que permitem ao indivíduo reconhecer-se como único e distinto dos demais e, também, como alguém semelhante aos seus pares sociais. Então, o autor, considera que existem três características dominantes na definição do conceito de identidade: o sentido de *continuidade* espaço-temporal do eu, a configuração de elementos positivos e negativos da identidade que dão *unidade* às experiências de si próprio na interação com o mundo social e, por último, a *mutualidade* ou sentido da independência entre o conceito de si próprio e a realidade.

A definição da identidade faz-se, segundo Erikson (1968), durante a adolescência pelo que a sua não definição implica que o adolescente permaneça num estado de confusão de identidade. Contudo, até chegar a esta tarefa crucial do desenvolvimento psicossocial a criança procede à aquisição da confiança, autonomia, iniciativa e sentido de competência, fundamentais para resolver a crise da identidade. Assim, os elementos que fazem parte da crise de identidade na adolescência são os elementos das crises psicossociais anteriores, e uma recapitulação desses mesmos elementos é também uma lista de problemas inerentes aos adolescentes. A crise psicossocial da adolescência é precisamente a da formação de identidade versus confusão de identidade e embora a identidade seja um processo que se desenvolve desde o nascimento, a adolescência constitui uma etapa fundamental para a sua formação.

Podemos então dizer que o polo negativo da formação da identidade, ou seja, a confusão da identidade, vai ser marcado pelos elementos das crises psicossociais que não foram resolvidos. Pode, então, verificar-se uma confusão temporal, dúvida quanto ao próprio ego, havendo a possibilidade ainda de ocorrer uma negação completa da identidade pessoal e a formação de uma identidade negativa. Existem vários fatores que contribuem para o desenvolvimento da identidade. Desta forma, para que uma crise de identidade ocorra, são necessárias quatro condições: um certo nível de desenvolvimento intelectual, a ocorrência da puberdade, um certo crescimento físico, e pressões culturais que levem o indivíduo à ressíntese da sua identidade (Costa, 1991).

Para Erikson (1968), o adolescente precisa de um período de *moratória*, período em que a sociedade permite ao adolescente lidar com os elementos identitários, havendo uma permissividade seletiva por parte da sociedade e um jogo provocador por parte do jovem.

A possibilidade de evoluir para um estágio superior está associada à capacidade do indivíduo conseguir gerir de forma adequada, as cada vez mais exigentes, crises de identidade, que lhe vão sendo colocadas. Neste sentido, é necessário uma personalidade

dominada pelo ego, capaz de sintetizar e de lidar com informações discrepantes, produzidas por uma sociedade não regulada, ou seja, uma personagem dominada pelo super-ego. Pode referir-se que tende a desenvolver mecanismos de defesa que vão limitar o funcionamento de capacidades adaptativas de um ego enfraquecido (Costa, 1991).

Existem no entanto outros fatores sociais que influenciam o processo de crise de identidade, como é o caso das práticas de socialização que podem ou não facilitar a crise de identidade, e a estratificação social que é um fator considerado importante para o desenvolvimento do ego. Para o desenvolvimento da identidade são também fundamentais a organização social e a falta de solidariedade, não se podendo esquecer a variável momento histórico, que influência, sem dúvida, a construção da identidade, não sendo possível separar a crise de identidade individual da crise contemporânea no desenvolvimento histórico (Costa, 1991).

A confusão de identidade pode ser verificada na sobreposição de imagens de si próprio, de papéis e oportunidades contraditórias. Pode-se desta forma referir, que enquanto o processo de aquisição da identidade não estiver completo, a crise e a confusão permanecem (Costa, 1991).

Tarefa desenvolvimental 1 – *Confiança Básica versus Desconfiança Básica*

Este período decorre do nascimento aos 18 meses e caracteriza a tarefa da infância inicial. A qualidade do modo como o bebé é tratado, o cuidado e o afeto que acompanham o ato de comer, abraçar, dar banho e vestir a criança desenvolvem em si sentimentos mais positivos ou negativos. O grau em que o bebé experimenta o mundo como um sítio seguro, caloroso, protetor, induz um sentimento geral que pode tender mais para *confiança* ou para a *desconfiança* (Sprinthall & Sprinthall, 1993). Nesta fase a atenção do bebe é focada para a pessoa que promove o seu conforto, que satisfaz as suas ansiedades e necessidades num espaço de tempo suportável, normalmente a mãe. Desta forma estabelece-se a primeira relação social do bebé. Quando o bebé sente a falta da mãe, porque esta desaparece do seu horizonte sensorial, começa a lidar com o que Erikson (1968) designou de força básica. Nesta primeira tarefa ou crise psicossocial a força do ego emergente é a *esperança*. Quando o bebé se dá conta de que a mãe não está ali, ou está demorada, constrói a esperança de que a mãe volte; e, quando isso acontece, o bebé compreende que embora os objetos e as pessoas estejam fora do seu campo de visão temporariamente, eles continuam a existir. A vivência

positiva das relações precoces permitem a aprendizagem da confiança básica enquanto a perturbação das primeiras relações promove um sentimento de desconfiança básica. É importante que a criança conviva com pequenas frustrações, pois é daí, que ela vai aprender a definir quais as esperanças que são possíveis de ser realizadas. Contudo, o predomínio de vivências negativas podem reforçar um sentimento de vulnerabilidade do ego caracterizado pelo *retraimento*. Se as suas atividades de descoberta forem encorajadas e estimuladas de modo equilibrado, o bebé desenvolverá confiança nos outros e em si mesmo. Se receber pouco amor e atenção aprenderá a não ter confiança nem nos outros nem em si. O desenvolvimento de um sentimento de desconfiança demasiado acentuado tornará a criança tímida, retraída e insegura quanto às suas capacidades e pouco à vontade na abordagem das situações e problemas que o ambiente lhe coloca. Se a vertente positiva triunfa ou predomina, a virtude (qualidade do Ego) que se desenvolve é a esperança.

Tarefa desenvolvimental 2 – *Autonomia versus Vergonha ou Dúvida*

Neste segundo período, de ano e meio até aos três anos, o desenvolvimento emocional e pessoal progride. Neste estágio, a criança ultrapassa uma dependência quase total à pessoa responsável pela sua educação, e começa a andar pelo seu próprio pé. A maturação física, que permite que o bebé gatinhe, ande, corra, trepe, proporciona os meios necessários para um grande salto no sentido da autonomia pessoal. É um período de exploração intensa, em que a criança parece estar envolvida ativamente em praticamente tudo. A maturação física liberta-a da dependência do biberão ou do seio materno e permite-lhe controlar os esfíncteres. O aspeto positivo deste período consiste essencialmente neste sentido da direção pessoal. No entanto, Erikson (1968) afirma que pode existir também um desenvolvimento emocional negativo. Neste período a criança sente a necessidade de afirmar uma certa independência pelo que o modo como esta necessidade é satisfeita afeta o seu sentido de *autonomia* pessoal. Se as crianças neste estágio são excessivamente castigadas por explorarem a sua casa ou a sua vizinhança, se recebem um treino de esfíncteres demasiado duro e punitivo, ou se são de tal modo superprotegidas, então a principal lição emocional deste período será a *vergonha* pessoal. O sentido crescente do controlo sobre si próprio, consigo fazer sozinho, poderá ser prejudicado (Sprinthall & Sprinthall, 1993). Pode então dizer-se que este estágio coloca a criança perante uma difícil questão crucial. “Será que consigo fazer as coisas por mim próprio ou tenho de depender quase sempre dos outros?”. Trata-se da segunda crise

psicossocial com a qual o indivíduo se confronta. Terá de aprender a lidar com a dúvida e a vergonha para conquistar a autonomia. Nesta fase, a autonomia significará adquirir um relativo controlo de algumas funções orgânicas, um certo domínio da coordenação motora, capacidade de manipulação de objetos. A criança que no estágio anterior desenvolveu um sentimento de confiança em si mesma e nas pessoas que dela cuidavam terá provavelmente mais facilidade em conquistar a autonomia, isto é, em afirmar e exercer a sua vontade própria. As “birras”, os constantes porquês, são manifestações típicas de autonomia tal como a vontade de querer fazer as coisas sozinho mesmo que não seja ainda competente. O modo como os pais reagem é muito importante, demasiadas críticas, punições e repreensões podem contribuir para que a criança se sinta envergonhada. Por outro lado, repetidos fracassos podem contribuir para que a criança duvide da sua capacidade para fazer certas coisas por si própria. Erikson (1968) pensa que os pais deviam conseguir dosear de forma equilibrada a assistência à criança e o encorajamento da exploração do meio por si própria. Se a vertente positiva predomina a criança adquire uma qualidade psicológica ou virtude do ego designada *vontade* enquanto a vulnerabilidade do ego é caracterizada pela *compulsão*.

Tarefa desenvolvimental 3 – *Iniciativa versus Culpa*

O desenvolvimento pessoal durante o terceiro estágio, dos três aos seis anos, deve progredir no sentido do reforço da autonomia através de um sentimento de capacidade de exploração do ambiente social, a *iniciativa*. Punir a criança que expressa o seu desejo natural de se afirmar, poderá ter efeitos negativos duradouros. Ridicularizar ou ser-se sarcástico poderá ter resultados tão prejudiciais como a punição, pois levará a criança a sentir-se pequena e insignificante e a desenvolver *culpa* pelos seus comportamentos. Entre os três e os seis anos a identidade pessoal é o aspeto mais afetado. Por isso, é importante assegurar às crianças que virão a tornar-se adultos plenos, em vez de as fazer sentirem-se culpadas por esses desejos. Para Erikson (1968), neste estágio de desenvolvimento, é particularmente importante que as crianças tenham muito tempo para brincar pois o pensamento dominante é a livre fantasia. Assim, a criança pode usar este período para desenvolver o seu sentido de humor, os primórdios da capacidade de se rir de si próprio, além disso, a idade do jogo “ocorre” antes do acontecimento limitativo da idade escolar em que os papéis de trabalho se definem (Sprinthall & Sprinthall, 1993). A grande questão que a criança enfrenta é esta: “Serei bom ou mau?”. Enquanto no estágio anterior a grande preocupação se centrava naquilo

que era capaz de fazer, agora a criança em idade pré-escolar, preocupa-se com a moralidade ou aceitabilidade dos seus comportamentos. Nesta fase assiste-se a um significativo desenvolvimento das habilidades motoras, da linguagem e do pensamento, tal como da imaginação e da curiosidade. Objeto de curiosidade especial são o corpo e as diferenças entre os sexos. Segundo Erikson é a fase da sexualidade infantil, a reação dos pais à curiosidade da criança é um fator determinante quanto ao grau de autoconfiança e de iniciativa que ela irá desenvolver. Reações extremamente negativas podem provocar inibição excessiva, sentimentos de culpa e ansiedade. A criança sentirá que a sua curiosidade não é bem-vinda e terá pouca iniciativa no que respeita à exploração do meio. A resolução bem-sucedida desta crise psicossocial reforça a capacidade de iniciativa, a vivacidade e o gosto pela descoberta e a virtude do ego desenvolvida é a *intencionalidade*. Uma resolução negativa promove o domínio da culpa e a vulnerabilidade do ego caracterizada pela *inibição*.

Tarefa desenvolvimental 4 – *Competência versus Inferioridade*

Durante a segunda infância, dos seis anos até à puberdade, o desenvolvimento pessoal e emocional está orientado para o ambiente durante os anos correspondentes ao 1º e 2º ciclo de ensino básico. As crianças entram para um novo mundo, a sala de aula, a vizinhança, o grupo, que passam a ser os seus contextos fundamentais de desenvolvimento. O lar continua a ser uma importante base de operações, mas os outros contextos têm um significado especial, uma vez que é também aqui que a criança passa maior parte do seu dia. Nesta altura, os grupos da vizinhança e de sala de aula tornam-se os principais agentes socializadores.

A participação na escola traz-lhe a experiência de uma atividade com valor de funcionalidade, uma atividade mais similar, na sua perspetiva, à ação dos. A questão-chave que a criança em idade escolar enfrenta é “Serei competente ou incompetente?”. Por *industry*, noção original utilizada para definir este período, Eriksen (1968) entende engenho, *competência* e produtividade no cumprimento de determinadas tarefas. Novas competências são exigidas à criança, aprender a ler, escrever, calcular, promovendo a aprendizagem instrumental, mas a escola também permite a diversificação das experiências sociais pelo que estes novos desafios promovem também a aprendizagem social. A criança é, neste período, mais apreciada pelo que faz do que pelo que é, ou seja, pelo grau de competência revelado no desempenho de tarefas. O fracasso relativamente persistente na aprendizagem e no desenvolvimento de competências, ou a falta de apoio, de incentivo e de atenção da parte dos

atores educativos podem gerar sentimentos de *inferioridade* e descrença quanto á capacidade para executar tarefas de forma produtiva. A tendência será então a de dedicar pouco esforço e entusiasmo a determinados trabalhos porque se acredita na inevitabilidade do fracasso. Apesar do fracasso em determinadas áreas poder ser compensado pelo reconhecimento noutras, a verdade é que há uma enorme vontade de aprender, de desenvolver sentimentos de competência, de pensar que se é capaz de fazer bem várias coisas. O sucesso eleva a auto-estima, a autoconfiança, o prazer e o gosto nas atividades. É nesta fase do desenvolvimento psicossocial que as crianças começam a imaginar ocupações e papéis sociais futuros. A resolução bem-sucedida do conflito psicossocial típico destas idades em que as crianças se comparam umas com as outras apercebendo-se do seu nível de competência e de produtividade reforça a confiança, a espontaneidade e a autonomia na relação com os outros e com as novas imposições sociais.

Em síntese, as múltiplas competências aprendidas na escola, podem dar à criança um sentido geral de competência pessoal mas, para isso, precisa de ser encorajada a envolver-se ativamente com o ambiente circundante e de experimentar um nível sucesso que permita o sentido da capacidade de aprender, de evoluir ou se desenvolver. Quando isso não acontece o seu sentido de competência pessoal poderá ser subjugado pelo sentimento de inferioridade pessoal. Por outras palavras, é nesta altura que a necessidade da criança adquirir ativamente múltiplas competências em diversas áreas da sua funcionalidade psicossocial deve promover um ego marcado pela força da *competência* mais do que pela vulnerabilidade da *inércia*. (Ferreira, 2011).

Tarefa desenvolvimental 5 – *Identidade versus Confusão da Identidade*

Este período do desenvolvimento corresponde à adolescência e, portanto, tem início na adolescência e termina por volta dos 18 anos. As mudanças que ocorrem na adolescência conduzem a uma transformação fundamental em termos de desenvolvimento pessoal. O desenvolvimento cognitivo durante este período proporciona ao adolescente uma forma de compreensão e de pensamento completamente novas. A puberdade marca, um grande afastamento qualitativo do passado. Mudanças desta magnitude nas áreas cognitiva e fisiológica criam por si uma mudança psicológica substancial. Um adolescente poderá perguntar “Como é que posso compreender o que se está a passar comigo quando tanta coisa é diferente?”. Não se foge à verdade quando se afirma que, de todos os estádios de

desenvolvimento pessoal, a adolescência é o mais radical. Tudo gira à volta da mudança (Sprinthall & Sprinthall, 1993).

É durante este estágio que o jovem que começa a tomar consciência da sua singularidade, de que é um ser humano único e a preparar-se para desempenhar vários papéis no meio social. É a época da vida em que emerge uma representação de si que, para além de considerar o que somos no presente, é acompanhada pelo desejo do que queremos ser no futuro. A procura da independência em relação aos pais dinamiza o desenvolvimento social e afetivo do adolescente. A construção da identidade pessoal implica a integração coerente de aspetos intelectuais, sociais, sexuais e morais. A integração de vários papéis num padrão coerente que expresse um sentimento de continuidade e de identidade é tarefa difícil, conflituosa. Essa dificuldade é visível nas oscilações quanto a opções ideológicas, estéticas, religiosas e morais. A crise de *identidade* representa a dificuldade em encontrar uma identidade ocupacional e um lugar conveniente na sociedade, traduzindo o carácter problemático da transição da infância para a idade adulta. A resolução da crise de identidade ocorre quando o adolescente é apoiado e encorajado para procurar, de forma autónoma, resposta aos seus problemas. A incapacidade de definir as suas escolhas nas várias áreas e de integrar os elementos selecionados na sua identidade faz com que o adolescente permaneça em *confusão de identidade*. A virtude adquirida no final deste estágio é a *fidelidade*, em que o adolescente assume responsabilmente compromissos e regula as suas ações com base nas suas crenças, na sua identidade. Sem um sentimento construtivo de fidelidade, o jovem terá um ego fraco, sofrerá de confusão de valores e será em grande parte o que os outros decidirem que ele seja, ou seja, o seu ego será marcado pela *rejeição de papéis*. A fidelidade é portanto auto-fidelidade, às suas escolhas e opções, ao seu sistema pessoal de crenças, afirmação de si mesmo no que faz e no que projeta fazer.

Tarefa desenvolvimental 6 – *Intimidade versus Isolamento*

O sexto estágio do desenvolvimento psicossocial é marcado, segundo Erikson (1968) pela preocupação do jovem em estabelecer relações íntimas e duráveis com outras pessoas. Este período do desenvolvimento situa-se entre os 18 anos e meados da terceira década de vida. A questão principal deste estágio é “Deverei partilhar a minha vida com outra pessoa ou deverei viver sozinho?”. Erikson (1968) entende a *intimidade* como a capacidade do jovem em desenvolver uma relação profunda e significativa com outra pessoa. Para que isso

efetivamente aconteça o indivíduo deve ter resolvido as crises psicossociais anteriores e sentir-se seguro acerca de quem é e do que quer da vida, sabendo conciliar a vertente profissional com a dimensão afetiva. Em geral, a incapacidade de entrega ao outro e de fidelidade a uma relação, de partilhar afetos, pode levar ao *isolamento*, solidão, sensação de que falta algo para ser completo, embora ficar sozinho não seja sinal de fracasso afetivo. A capacidade de amar é a virtude ou força do Ego neste estágio e pode ser designada de *partilha* enquanto a tendência para a vulnerabilidade egóica irá acentuar o medo de perda da identidade pessoal e induzir a *restrição*.

Tarefa desenvolvimental 7 – *Generatividade versus Estagnação*

Este período corresponde à adultícia média e pode situar-se entre os 25/30 anos e os 60 anos. A questão chave deste estágio pode formular-se de vários modos “Serei bem-sucedido na minha vida afetiva e profissional?”, “Produzirei algo com verdadeiro valor?”, “Conseguirei contribuir para melhorar a vida dos outros?”. A *generatividade* designa a possibilidade de ser criativo e produtivo em várias áreas da vida. Bem mais do que criar e educar os filhos traduz uma preocupação com o bem-estar das gerações vindouras, uma descentração e expansão do Ego empenhado em tornar o mundo um melhor lugar para viver. A generatividade manifesta-se na produção de ideias, no exercício de uma profissão, no cuidado dos outros, etc. Se a expansão e descentração do Ego não ocorre, o indivíduo pode, segundo Erikson (1968), permanecer em *estagnação*, preocupando-se quase só consigo mesmo e com a posse de bens materiais. A estagnação será portanto ausência de doação, egoísmo. A virtude do ego, característica da adultícia média, é o *cuidado*, a preocupação com os outros, com o seu futuro. A tendência para a estagnação irá acentuar um ego marcado pela falta de vontade em ajudar os outros, ensiná-los, cuidá-los, garantir que têm melhores apoios, ou seja, pela *rejeição*.

Tarefa desenvolvimental 8 – *Integridade versus Desespero*

Este período corresponde à adultícia final, mais ou menos a partir dos 60 anos até ao fim da vida e em que a questão chave é “Teve a minha vida sentido ou falhei?” assinala que chegou a hora do balanço, da avaliação do que se fez na vida e sobretudo do que se fez da vida. Na dualidade emocional provocada pela avaliação da presença ou ausência de um sentido de vida, a *integridade* significa que o indivíduo avalia positivamente o seu percurso

de vida apesar de nem todos os seus desejos e sonhos se tenham realizado e esta satisfação prepara-o para aceitar a deterioração física e a inevitável morte como termo de algo que valeu a pena. As pessoas que consideram a sua vida mal sucedida, demasiado centrada na sua própria pessoa, pouco produtiva, que lamentam as oportunidades perdidas e sentem ser já demasiado tarde para se reconciliarem consigo próprias corrigindo erros cometidos, podem ceder à angústia e ao *desespero*. A virtude a desenvolver neste estágio é a *sabedoria*, a consciência de que, dadas as circunstâncias e as nossas potencialidades, não vivemos em vão enquanto a tendência para a vulnerabilidade do ego é caracterizada pelo arrependimento e pela incapacidade de enfrentar o futuro desconhecido, ou seja, pelo *desânimo*.

Esta conceitualização apresentada por Erikson não está isenta de críticas que, no essencial, remetem para a definição da noção de identidade. Por exemplo, Logan, tendo presente a mudança sociocultural das últimas décadas, ocorrida na sociedade Americana, a qual alterou o estilo de vida dos indivíduos, constatou a necessidade de haver uma reconceptualização da teoria do desenvolvimento psicossocial (Costa, 1991).

Contudo, esta teoria tem servido para a operacionalização de inúmeros modelos compreensivos do funcionamento psicossocial dos indivíduos, entre os quais se destaca o modelo dos *estatutos de identidade* formulado por Marcia (1966). A partir da noção que a identidade, mais ou menos definida e estável no final da adolescência, pode adquirir a qualidade de uma *estrutura psicossocial*, capaz de orientar o comportamento dos indivíduos, o autor empreendeu estudos empíricos com o objetivo de avaliar formas de organização distintas dessa estrutura identitária, formas essas que correspondem a atitudes psicossociais típicas de distintos grupos de indivíduos. Desta forma, os estatutos de identidade constituem um indicador precioso na avaliação da identidade.

Marcia (1966) definiu identidade como uma estrutura do eu ou *self*, uma organização psíquica das energias, capacidades, crenças e histórias do indivíduo, cujo desenvolvimento é tanto melhor quanto maior for a consciência do indivíduo sobre a sua unicidade e a sua similitude com os outros, as suas forças e as suas vulnerabilidades para afirmar o seu percurso, e, tanto pior, quanto mais o indivíduo estiver confuso da sua distintividade em relação aos outros e, com mais frequência, recorrer a fontes externas como forma de avaliação de si próprio.

Tal como Erikson, Marcia defende que a aquisição da identidade é o grande objetivo do desenvolvimento psicossocial e consiste na capacidade para selecionar, integrar e

organizar um sistema pessoal de crenças, valores e interesses com o qual o indivíduo se identifica e que constitui a representação de si, do seu *self*. Uma vez definido e constituído em identidade, este sistema passa a regular o comportamento dos indivíduos (Ferreira, 2011).

Marcia defende que a identidade pode ser descrita segundo três aspetos: 1) *fenomenológico* porque a identidade é experienciada como um sentido de si próprio, uma existência que resulta da continuidade entre passado, presente e futuro e como um sentido de unidade, ou seja, a certeza de que a identidade está para além da mero conjunto dos papéis sociais que o indivíduo desempenha; 2) *comportamental* porque implica exploração de alternativas, tomada de decisão e o subsequente investimento em determinados valores, crenças e objetos no domínio profissional, ideológico e sexual-interpessoal; 3) *estrutural* porque a se trata de uma estrutura psicossocial que influencia a forma como o indivíduo percebe o mundo, e posteriormente se comporta (Costa, 1991).

A partir de uma entrevista que questionava os sujeitos sobre os procedimentos de pesquisa sobre os domínios vocacional/ocupacional, ideológico e interpessoal, e sobre as escolhas ou compromissos realizados, Marcia (1966), verificou quatro modos distintos de organização da identidade que designou de estatutos de identidade: a *Difusão de Identidade*, *Identidade em Forclusão*, *Identidade em Moratória* e *Identidade Realizada*. Cada um destes estatutos é definido pela presença ou ausência de períodos de *exploração* e de *investimento* ou *compromisso* nos domínios referidos.

Um indivíduo, num período de exploração, evidencia uma atividade dirigida no sentido de recolher informação sobre as possibilidades que estão a ser consideradas, necessárias à tomada de decisão. Podem ser verificadas três fases distintas de atividade exploratória, a exploração, pós exploração e ausência de exploração (Costa, 1991).

A exploração refere-se à fase em que um indivíduo sente necessidade de trabalhar questões referentes à sua identidade com o objetivo de tomar decisões e se empenha na análise das várias alternativas, tomando progressiva consciência do conteúdo e implicações de cada uma (Costa, 1991).

No início da exploração, a excitação, antecipação e curiosidade caracterizam o estado emocional do sujeito mas, durante o curso da crise, esse estado pode dar lugar a ansiedade e desconforto que origina uma necessidade de resolver a indecisão o mais depressa e a realisticamente possível. Desta forma, um indivíduo que se encontra num período de pós-exploração passou por uma fase de valorização ativa de vários elementos de identidade, mas

já a ultrapassou com sucesso, se daí emergiu um firme sentido de direção para o futuro, ou com insucesso, se a tarefa foi abandonada sem ter atingido uma conclusão significativa (Costa, 1991).

A ausência de exploração significa que o indivíduo não sente necessidade de escolher objetivos, crenças, valores e alternativas, quer porque já estão definidos por outrem e foram incondicionalmente aceites quer por falta de estímulos que permitam encontrar e ponderar outros (Costa, 1991).

A dimensão investimento implica, por um lado, escolhas relativamente firmes e elementos de identidade e, por outro, ações dirigidas para as implementar, tendo assim, aspetos internos e externos. Para se poder dizer que há investimentos não basta apenas a verbalização de ideias socialmente apropriadas, é preciso que haja uma influência direta na vida do indivíduo e uma preparação para papéis futuros consistentes com objetivos e valores anteriormente definidos. Esta dimensão não se refere apenas ao aqui e agora, mas fornece um mecanismo de integração do passado com o presente e do presente com o futuro, isto não significa que os vários elementos da identidade continuem imutáveis, mas tão só que existe um sentido de continuidade e projeção no futuro (Costa, 1991).

De acordo com os critérios definidos um indivíduo adquiriu uma: *Identidade Realizada*, quando desenvolveu uma atividade de exploração e realizou investimentos relativamente firmes, consolidando a sua identidade; *Identidade em Moratória*, quando tem uma vivência atual de crise e explora ativamente alternativas para tomar decisões; *Identidade em Forclusão* quando realizou compromissos sem ter realizado uma exploração anterior, sendo estes o reflexo de escolhas e projetos de outras figuras significativas ou de autoridade; *Difusão de Identidade*, quando o indivíduo não tem nem tenta ter qualquer investimento, nem passou por qualquer período de exploração ou, se algumas questões foram levantadas, não foi capaz de as resolver e, por isso, abandonou-as (Marcia, 1966).

Os indivíduos com identidade realizada são mais abertos às opiniões dos outros, apresentam sentimentos de confiança, estabilidade e otimismo em relação ao futuro, têm o melhor nível de desenvolvimento do ego e, por isso, têm maior consciência das dificuldades de implementação dos elementos de identidade escolhidas.

Estes indivíduos apresentam ainda indicadores de melhor desenvolvimento cognitivo e interpessoal e maior capacidade de resiliência às pressões ambientais.

Os sujeitos com identidade em forclusão, por defesa ou por impossibilidade, optam pela segurança que lhes é trazida pelo evitamento da exploração de outras alternativas e são normalmente vistos como imperturbáveis, dogmáticos, rígidos em relação às suas atitudes e intolerantes perante as opiniões dos outros. A maioria destes sujeitos é uma espécie de cópia dos pais, adotando os planos e objetivos das suas figuras de identificação, sem os questionar, tendo grandes dificuldades em se diferenciarem delas e organizarem percursos mais autónomos. (Costa, 1991).

Os indivíduos com identidade em *Moratória* apresentam instabilidade, por exemplo emocional, alternando perspectivas otimistas com pessimistas, passividade submissa com atividade desafiante; as suas relações com a família são ambivalentes e evidenciam frustração perante a incerteza e manifestam uma grande necessidade de ultrapassar esta situação.

No estatuto de *Identidade Difusa* encontramos os indivíduos que apresentam uma grande variedade de padrões emocionais, desde passividade e apatia à agressividade generalizada, ou seja, não dirigida a alvos específicos. Respondem às pressões externas com as atitudes que impliquem o menor esforço, com alienação e, por vezes, rejeição das normas e convenções sociais; são indivíduos mais facilmente manipuláveis pois não agem por motivação própria, ou seja, são mais reativos que proativos (Costa, 1991).

Marcia (1966) é claro quando refere que os estatutos de identidade são estilos que o indivíduo utiliza para estabelecer, manter e, se necessário, rever o seu sentido de identidade. O indivíduo pode usar ao mesmo tempo mais do que um estilo de acordo com o domínio que é fonte da sua preocupação, assim como os pode alterar os seus em função de circunstâncias da vida.

Apesar de utilizado em múltiplos estudos este modelo, para o qual existe uma medida validada para a população portuguesa, a EOMEIS (Mena Matos, Barbosa & Costa, 2000), existem algumas discrepâncias entre a expectativa que no final da adolescência os jovens têm definida a sua identidade, consequentemente um estatuto de identidade, e a realidade evidenciada por alguns estudos (e.g., Ferreira, 2011). Considerando que a nossa pretensão era avaliar adolescentes e adultos emergentes, optámos pela utilização de um outro modelo operacionalizado a partir da teoria do desenvolvimento psicossocial de Erikson, o modelo das forças ou virtudes do ego formulado por Markstrom e colaboradores, para o qual desenvolveram uma medida quantitativa, a *Psychosocial Inventory of Ego Strengths* (PIES) (Markstrom, Sabino, Turner & Berman, 1997).

1.3. As forças ou virtudes do Ego, uma medida da qualidade do desenvolvimento da identidade

Erik Erikson (1968) na sua teoria psicossocial do desenvolvimento humano introduz o conceito de virtudes, ou forças do ego, um componente que permanece pouco analisado e avaliado. Cada uma das oito crises psicossociais descritas na sua teoria pode ser representada por uma força do ego correlativa da qualidade de resolução da crise, ou seja, da síntese efetuada pelo ego, mais positiva ou negativa, dos aspetos sociais, biológicos e psicológicos. De acordo com a perspetiva dilemática com que Erikson definiu cada uma das crises ou tarefas desenvolvimentais, Markstrom et al (1997) consideram que a aquisição de forças do ego exige a consideração de ambas as valências que caracterizam cada uma dessas crises e que são representativas de dimensões de resiliência ou vulnerabilidade egóica.

As forças positivas do ego são correlativas de boa resolução das crises psicossociais e, tal como estas últimas, emergem numa sequência invariante e hierárquica. Representativas das capacidades e competências adquiridas pelo ego, estas forças constituem indicação da resiliência e ajustamento do ego e são preventivas do seu desequilíbrio ou disfuncionamento psicossocial. Estas forças do ego, apoiadas pela dinâmica epigenética, são induzidas pela qualidade da síntese egóica das possibilidades e expectativas maturativas e sociais e emergem desde o início da vida. Deste modo, a maturidade neurobiológica, a competência emocional, cognitiva e social, a capacidade de exploração e definição de um sistema pessoal de crenças, valores e interesses, progressivamente organizados em dimensões psicossociais de autocontrolo, autonomia, iniciativa e responsabilidade, constituem as condições fundamentais de aquisição e desenvolvimento das forças do ego. Mas, para além destas componentes intrapsíquicas, é necessário um ambiente social capaz de disponibilizar informação, valores, ideologias, representações, ou seja, referências que permitem a identificação, primeiro, e interrogação, pesquisa e seleção, depois, dos conteúdos que vão definir a identidade. Estas referências são disponibilizadas pelos subsistemas, instituições e personagens que povoam o sistema social e cultural que envolve o indivíduo. Deste modo, é igualmente necessário que a sociedade ofereça os elementos com os quais os jovens se podem identificar, obviamente após o seu questionamento e seleção. Estas são, naturalmente, as mesmas condições que asseguram a resolução das tarefas desenvolvimentais ou crises psicossociais.

Cada uma destas forças tem um período específico de ascendência egóica, relativa à crise psicossocial a que estão intimamente ligadas, contribuem progressivamente para uma

totalidade funcional que é representada pelo nível de independência e resiliência que o ego adquire em cada período do desenvolvimento psicossocial. Isto significa, também, que cada virtude ou força do ego que começa a emergir está enraizada em todas as que lhe antecederam e é por elas modificada e, quando amadurece, induz-lhes uma nova significação.

Com o objetivo de avaliar de forma quantitativa as forças do ego, Markstrom et al (1997), construíram uma medida designada de Inventário Psicossocial das Forças do Ego (PIES). Esta medida fornece indicadores específicos de cada força do ego e, também, um indicador geral de resiliência do ego. Para tal os autores definiram temas e conteúdos subjacentes às oito virtudes ou forças do ego e às suas respetivas antipatias ou polos opostos. A versão final da medida é composta por oito itens para cada força do ego, quatro positivos e orientados para cada força e quatro negativos e direcionados para a respetiva antipatia. No total a medida tem 64 itens relativas às 8 forças egóicas. Existe uma versão reduzida, a que foi utilizada neste estudo, que apenas contempla metade dos 64 itens e que mantém a proporcionalidade entre itens, forças e valências, positiva e negativa, existentes na medida original. Os sujeitos respondem num formato likert de 5 pontos, desde (1) *não me descreve bem* a (5) *descreve-me muito bem*. A fidelidade da medida original (.94) e da versão reduzida (.91) são ambas elevadas. A análise da relação com outras medidas permitiu verificar associação positiva com a identidade realizada (*achievement*), tanto no domínio interpessoal como ideológico, com o locus de controlo interno, e associação negativa a identidade em difusão e em moratória e com o mal-estar pessoal. Estes resultados dão suporte à noção que a PIES constitui um indicador de bom desenvolvimento e ajustamento psicossocial e de proteção da adversidade e stresse.

As oito forças do ego e respetivos temas são as seguintes:

A primeira tarefa desenvolvimental, Confiança Básica versus Desconfiança Básica, elicit a força da *esperança* ou a vulnerabilidade do *retraimento*. A aquisição de um otimismo básico, mesmo perante a experiência de fracassos ou desilusões, constitui a primeira virtude que o ego deve adquirir, e que é a mais importante pois é aquela que acompanha todo o processo desenvolvimental do indivíduo e a que está subjacente a todas as demais virtudes egóicas. A prevalência de uma tendência negativa ou de vulnerabilidade induz uma dimensão de apatia ou descrença sobre si, os outros e o ambiente em geral, que favorece uma atitude pessimista ou mesmo de desânimo.

A segunda tarefa desenvolvimental, Autonomia versus Vergonha ou Dúvida, induz a força da *vontade* que é caracterizada pela consciência básica de uma vontade própria, da capacidade de auto-controlo, dos impulsos e das ações, e da determinação em afirmar essa vontade na relação com os outros e o ambiente. A prevalência de uma tendência negativa, pela dificuldade ou incapacidade em concretizar o auto-controlo, elicitava uma fragilidade egóica marcada pela impulsividade ou *compulsividade*.

A terceira tarefa desenvolvimental, Iniciativa versus Culpa, pode proporcionar a afirmação da *intencionalidade* ou propósito que caracterizam a resolução mais positiva da crise, afirmando o ânimo e a capacidade para definir e alcançar objetivos plausíveis, construindo uma experiência de sucesso e uma atitude psicossocial baseada na intrinsecidade. A tendência negativa deste período irá acentuar as atitudes de receio, hesitação, incerteza ou, até, de falta de capacidade em definir rumos, uma vulnerabilidade marcada pela *inibição*.

A quarta tarefa desenvolvimental, Competência versus Inferioridade, possibilita a construção de uma consciência firme sobre as próprias capacidades, alimentando uma atitude experimentação e amplificação dessas capacidades, um sentido de *competência* ou, ao invés, pode reforçar a fragilidade egóica caracterizada pela incerteza sobre a própria capacidade e conhecimento, promovendo a preguiça, ociosidade e *inércia* egóica.

A quinta tarefa desenvolvimental, Identidade versus Confusão da Identidade, pela iniciação da exploração da identidade pode promover a preocupação em estabelecer um compromisso ou *fidelidade* consigo e com os outros, em ser verdadeiro, honesto e leal, através de uma auto-disciplina ao serviço das crenças e valores adotados. Contudo, a dificuldade em afirmar a tendência positiva da crise pode fomentar uma identidade negativa, marcada pelo desafio, contestação ou pelo retraimento, inibição ou *rejeição*, todas correlativas da ausência de uma convicção própria, intrínseca.

A sexta tarefa desenvolvimental, Intimidade versus Isolamento, quando positivamente resolvida, elicitava a capacidade de estabelecimento de relações e compromissos mútuos, recíprocos que alimentam a experimentação e *partilha* da identidade. A dificuldade em afirmar a partilha identitária pode evidenciar a fragilidade egóica de *restrição* caracterizada pela incapacidade em manter a individualidade e pelo sentimento de enredamento ou perda de identidade na relação com os outros ou pela tendência para o isolamento psicossocial.

A sétima tarefa desenvolvimental, *Generatividade versus Estagnação*, induz a capacidade de descentração e de preocupação ou *cuidado* com os outros, em assegurar a sua proteção, conhecimento e capacidade. A incapacidade para afirmar uma atitude de cuidado pode evidenciar a fragilidade egóica designada de *rejeição* que reflete a relutância ou interesse pelas necessidades dos outros, a auto-centração nas necessidades do *self* e a estagnação.

Finalmente, a oitava tarefa desenvolvimental, *Integridade versus Desespero*, induz a força egóica de *sabedoria*, caracterizada pelo sentimento de aceitação da sua história de vida, do seu percurso, e de enfrentar o futuro com coragem. A resolução negativa desta crise acentua o arrependimento do trajeto percorrido, o evitamento do confronto com o futuro, típicas da fragilidade egóica do *desânimo* ou desespero (Markstrom et al, 1997).

1.4. – Mudanças sociais e a necessidade de reconcetualizar a adolescência e a adultícia Emergente

Nos últimos anos, mais precisamente nas últimas três décadas, têm-se verificado mudanças significativas na estrutura sociocultural que caracteriza o ambiente da sociedade contemporânea e que têm transformado os processos de exploração psicossocial dos jovens e, consequentemente de formação das suas identidades. Nestas podemos incluir, por um lado, uma precocidade na emergência da puberdade responsável pela antecipação na transição para a realidade psicossocial da adolescência e, por outro lado, um conjunto de alterações que, para além de modificarem os processos exploratórios da adolescência, problematizam os tempos e processos de acesso à vida adulta. O prolongamento de escolaridade, a liberalização dos costumes sexuais, as dificuldades de acesso à estrutura ocupacional, constituem fatores que dificultam a transição para a vida adulta e que prolongam a realidade juvenil para além das marcas tradicionalmente admitidas e que se situavam por volta dos 18 anos.

Contudo, a hipótese avançada por alguns autores de que existe um mero prolongamento da adolescência, estendida agora até, pelo menos, uma parte da terceira década de vida, parece insuficiente para explicar as transformações que estão a ocorrer na vida dos jovens.

De facto existem outras mudanças, para além das que já assinalámos, que trouxeram alterações nos processos de desenvolvimento psicossocial e de construção da identidade. A sociedade adquiriu um ritmo de mudança e de complexidade muito maior que, associado aos

processos de tecnologização social, produzem um ambiente marcado pela enorme e diversificada produção de referências simbólicas que define um ambiente muito mais instável, incerto e multidimensional, que não facilita a seleção de referências organizadoras das identidades individuais. Os processos de globalização associados à enorme difusão cultural realizada pelos meios de comunicação social e pelas tecnologias de informação induzem uma dinâmica de interação com o mundo que faz os indivíduos apenas terem acesso a experiências parciais, voláteis, mal definidas e não facilmente assimiláveis. O usufruto da enorme liberdade adquirida pela sociedade do individualismo transformou os jovens em indivíduos que convivem com um suporte social menos estruturado e de fácil processamento e, ainda, adicionou-lhes uma responsabilidade maior de terem que, “sozinhos”, serem capazes de integrar as suas experiências psicossociais instáveis em elementos de identidade.

Hoje, para os jovens, é muito menos claro quais são as referências identitárias que devem adotar pois os processos de pesquisa e tratamento da informação tornaram-se muitos mais difíceis de gerir. Formar um sistema pessoal de crenças, valores e interesses, transformou-se numa tarefa muito complexa, marcada pela incerteza e, portanto, mais longa e difícil de concretizar. Até porque esta realidade sociocultural não facilita o desenvolvimento dos instrumentos psicológicos necessários aos processos exploratórios e de organização dos compromissos identitários. Dito de outro modo, os jovens necessitam atualmente de um período mais longo de exploração para definirem a sua identidade (Ferreira, 1999, 2011).

Mas esse tempo que é iniciado na puberdade contempla dois períodos distintos do desenvolvimento psicossocial. Um mais tipicamente marcado pelos processos descritos na literatura psicológica sobre a adolescência inicial e média e outro, mais representativo do que era anteriormente atribuído à adolescência final. O primeiro período corresponde, assim, aos processos de inclusão na vida juvenil, de aquisição de uma estrutura biológica mais próxima da estrutura adulta, de aquisição de um pensamento de tipo abstrato, de inclusão de algumas dimensões ideológicas na avaliação do ambiente e de si próprio, de experimentação de novos processos de interação com os pares e, ainda, da vivência de uma necessidade em reposicionar as dimensões relacionais com a família (Arnett & Taber, 1994).

Contudo, o típico processo designado de separação parental, antes realizado na adolescência, está agora deslocado para idades posteriores, para além dos 18 anos, ou seja, acontece durante um período que alguns autores (e.g., Erikson, 1980), descrevem como de mera transição para a vida adulta e que tinha uma duração e intensidade muito menores

que atualmente. Esta realidade chamou a atenção de vários investigadores, entre os quais destacamos os trabalhos de Jeffrey Arnett (1994, 1997, 2000a, 2006, 2007), que iniciaram uma concetualização de um “novo período do desenvolvimento” designado de adultícia emergente.

A designação de adultícia emergente procura descrever o período de desenvolvimento dos indivíduos que já não são adolescentes mas ainda não transitaram para a vida adulta. Estes indivíduos, situados entre os 18/20 e 25/30 anos, ainda não resolveram as tarefas típicas do ingresso na adultícia, nomeadamente a independência financeira e a independência familiar. O conceito formulado por Arnett procura assim diferenciar estes indivíduos, por um lado, daqueles que foram designados por Erikson (1968, 1980) como jovens adultos pois não se vêem a si próprios nem são vistos pelos outros como adultos e, por outro lado, dos adolescentes pois já não estão na escola secundária, a sua vida não é comandada pela puberdade nem pelos pares e já não são tão dependentes dos pais (Arnett, 2007).

Este sentimento de estar entre dois períodos muito distintos do desenvolvimento, designado de *in-between*, é acompanhado nos adultos emergentes por mais algumas características: a) o *auto-foco* que descreve o sentimento elevado de grande autonomia na gestão da própria vida que, sendo uma competência importante para a vida adulta, pode igualmente induzir um sentimento de menor obrigação interpessoal e social resultando numa experiência centrada nas necessidades imediatas do *self* e, consequentemente, numa vivência muito auto-centrada na realidade presente; b) este período é, por isso, um tempo intenso de pesquisa e definição dos domínios interpessoal, ideológico e ocupacional, ou seja, de *exploração da identidade* e da sua definição; c) simultaneamente, é também um momento de exploração das *possibilidades*, de adquirir maior separação psicológica da família, de experimentar a dimensão da intimidade relacional e de delinear as perspetivas de futuro ocupacional, ou pela via do trabalho ou pela via da formação académica; d) ao mesmo tempo este período caracteriza-se pela vivência de uma certa indefinição dos diversos domínios da identidade o que se traduz numa certa *instabilidade*, que pode induzir sentimentos de vulnerabilidade e disforia mas que, frequentemente, é experimentada com um sentimento de otimismo que é típico de um indivíduo que não lidou ainda com as barreiras e dificuldades da vida adulta (Arnett, 2000a, 2006). A adultícia emergente é, deste modo, um período em que existe um adiamento dos compromissos e das responsabilidades mais características do adulto

e a da experimentação de papéis sociais iniciada na adolescência mas só aqui verdadeiramente aprofundada (Monteiro, Tavares e Pereira, 2009). Dito de outro modo, a moratória psicossocial referida por Erikson (1968, 1980) ocorre hoje neste período da adultícia emergente (Levinson, 1978).

Alguns estudos (e.g., Arnett 2000b) verificaram que os adultos emergentes percecionam as suas vidas futuras como melhor que as dos seus pais. Esta situação, pode estar relacionada com o fato destes jovens ainda não terem assumido compromissos definitivos ou duradouros, caraterísticos da idade adulta, como a atividade laboral. O facto de ainda não terem enfrentado as dificuldades que tais compromissos acarretam conduz os adultos emergentes a uma idealização de um emprego bem remunerado, onde vão realizar as atividades que mais ambicionam, e de um casamento feliz. Se durante a infância e a adolescência eram os pais os responsáveis pelas decisões importantes das vidas dos filhos, neste período são eles próprios que têm a oportunidade de construir os seus caminhos, distanciando-se, assim, da sua família de origem (Monteiro et al, 2009).

Este período, para muitos jovens, é também marcado pela frequência de uma educação universitária, a qual pode ter um efeito indireto no seu desenvolvimento pessoal pela aquisição de um sentido de competência, pelo desenvolvimento e maior integração das suas emoções e cognições, pela aquisição de uma autonomia da família e pela afirmação da intimidade nas relações interpessoais, da identidade em geral e da definição de um sentido de vida e de integridade (Monteiro et al, 2009).

Inquiridos sobre o que lhes falta para ingressarem na adultícia os jovens identificam algumas capacidades pessoais ou egóicas dimensões como prioritárias, como é o caso da capacidade para assumir a responsabilidade pelas próprias decisões, e referem também a independência financeira. As mudanças sociais antes assinaladas trouxeram, assim, alterações nos requisitos de transição e ingresso na vida adulta. (Andrade, 2010).

Concretizar a tarefa da identidade pela afirmação da individualização desenvolvimental, assegurando competências de auto-conhecimento, auto-controlo e planificação da vida futura, identificadas como *capital identitário* por Côté (2006), constituem, portanto, a tarefa fundamental deste período de desenvolvimento psicossocial. A fragilidade na aquisição deste capital e da afirmação da individualização faz os jovens permanecerem centrados nas dimensões mais hedónicas da sua realidade presente, prosseguindo sem uma direcionalidade, sem um projeto ou sentido de vida. A definição de

objetivos de vida consistentes com o delineamento de um projeto de vida, com sentido para o próprio indivíduo, obriga à *recentração* do sistema de compromissos baseado no sistema familiar para um sistema orientado para o futuro ocupacional e para as relações íntimas. O desenvolvimento do ego traduzido na capacidade de estar sozinho, representativa das qualidades de agência e de auto-controlo, são o requisito fundamental para a afirmação de trajetórias positivas (Tanner, 2006).

Será, então, que o desenvolvimento da identidade, agora realizado na adultícia emergente, depende da definição de objetivos com vista à aquisição de um sentido de *purpose*. Esta interrogação, levou-nos a analisar a noção de finalidade (*purpose*) em jovens.

Capítulo 2 – *Purpose* e sentido de vida, fatores determinantes do desenvolvimento psicosocial

2.1 – *Purpose e objetivos de vida*

A teoria sobre o desenvolvimento psicossocial (Erikson, 1968, 1980) descreve as tarefas da adolescência por relação a uma moratória psicossocial que é induzida pela ação das instituições e dos personagens que habitam o ambiente social. Estas entidades sociais, apresentam aos jovens um conjunto de representações e expectativas, impregnadas de crenças e valores que sinalizam ao jovem a necessidade de selecionar um conjunto de elementos e objetivos com os quais se identifica e que vão ser organizadores da sua identidade. Este processo de seleção requisita a exploração necessária desses elementos e a experimentação de novos papéis sociais, mais caraterísticos da vida adulta.

Para realizar esta tarefa de identidade o jovem deve adquirir um sentido evolutivo do tipo de pessoa que pretende ser e de qual vai ser o seu projeto de vida, ou seja, de clarificar para si próprio o que dá significado à sua pessoa, que lhe dá identidade. Este sentido de identidade ou de *self* é muito favorecido pela definição e desenvolvimento do que Damon (2008, p 33) designa de *finalidade (purpose)*, uma noção que descreve “uma intenção estável e generalizada para a realização de algo que é simultaneamente significativo para o *self* mas tem consequências para além deste”. A finalidade está, portanto, associada a um ou vários objetivos gerais na vida do indivíduo, de natureza predominantemente não imediata e estável, e que estão ao serviço da busca de um significado para o *self* mas, também, para o mundo. O questionamento de interrogações chave como: porque estou a fazer isto? porque é que isto é importante para mim? e para o mundo? Porque devo alcançar este objetivo? ajudam a desenvolver a motivação e a capacidade para definir um sentido de finalidade. O seu desenvolvimento, mais ligado a objetivos duradouros e globais, no entanto, pode ser progressivamente adquirido pela definição de objetivos mais específicos e imediatos desde que estes estejam ao serviço de um sentido de finalidade ou direcionalidade. A manutenção de compromissos relativamente duradouros e com significado para o *self* permite assim distinguir o percurso desenvolvimental dos jovens na medida em a sua existência induz motivação para a aprendizagem, realização e desenvolvimento.

Um ícone dos estudos sobre o papel do *purpose* na vida das pessoas é o testemunho de Frankl (1946), um sobrevivente do holocausto que encontrou um sentido de vida na sua determinação em atribuir um significado às tarefas árduas que tinha na prisão. Consequentemente, a capacidade de refletir essas experiências permitiu-lhe perceber que a

finalidade é protetora da ansiedade e depressão, uma aprendizagem que organizou em livro e que transformou numa abordagem terapêutica. A finalidade, descrita por Erikson (1968) como uma força ou energia vital. Está associada ao crescimento pessoal, às competências relacionais, a um sentido de controlo sobre a própria vida e a um auto-conceito positivo, dimensões essenciais para o bem-estar e a felicidade (Ryff, 1998). A felicidade, identificada como um traço significativo da personalidade pelos autores da psicologia positiva (e.g., Kahneman, 2000, See, Peterson & Seligman, 2003), não depende da riqueza material, com exceção das situações de pobreza em que os bens materiais satisfazem as necessidades vitais de alimento e saúde. Além disso, as atividades destinadas essencialmente ao engrandecimento do ego, por exemplo, a obtenção de estatuto social e glória ou fama, não induzem uma felicidade significativa. Para a alcançar é muito mais importante o envolvimento em algo que o indivíduo considera absorvente e desafiador, principalmente quando esse algo contribui para a realidade além do *self*. Neste sentido, McAdams (2001) verificou que as pessoas mais generativas, ou seja, com preocupações de cuidado e responsabilidade com as gerações futuras, estavam mais envolvidas em atividades comunitárias de caráter político e cívico, assim como atividades familiares e percebiam o mundo através de uma perspetiva mais positiva, consideravam os seus fracassos como oportunidades de aprendizagem e tinham esperança que aqueles seriam sucedidos por êxitos. São, enfim, pessoas com um nível positivo de bem-estar que está associado às condições para o sucesso pessoal.

Alguns estudos com crianças (e.g., Benard, 1991) identificaram a autonomia, a competência social, a competência de resolução de problemas e o sentido de finalidade como fatores essenciais de resiliência. O último destes quatro fatores é considerado por Damon (2008) como o mais fundamental pois é ele que induz a motivação para a criança adquirir as outras competências. Por outro lado, alguns estudos com pessoas idosas (e.g., Baltes, 2006), verificaram que o sentido de finalidade constitui um preditor de saúde e bem-estar psicológico.

Mas a importância da existência de um *purpose* na vida das pessoas parece ir além do domínio psicossocial. A neurociência evidenciou que as pessoas envolvidas em atividades significativas apresentam uma atividade cerebral mais efetiva. Mais interessante que este aspeto relativamente genérico, são as conclusões obtidas por Dahl (2004) em estudos com adolescentes. A puberdade induz uma sobreativação emocional e cognitiva que pode eliciar comportamentos de risco para o *self* e para as outras pessoas. Contudo, esta atividade

neuronal geradora de descontrolo emocional e comportamento descuidado pode igualmente promover as capacidades cognitivas e de julgamento. O desenvolvimento neuronal pode amplificar os interesses dos jovens e induzir comportamento de envolvimento sério com esses interesses. Por exemplo, os jovens podem tocar um instrumento musical, realizar uma ação comunitária com o mesmo entusiasmo que conduzem um carro a alta velocidade quando estão alcoolizados. As motivações e os prazeres adolescentes podem estar orientados para objetivos saudáveis ao serviço de finalidades supra-ordenadas. Estas motivações estão enraizadas nos mesmos sistemas cerebrais que as emoções básicas pelo que a paixão pelo desporto, arte, música, pela política, por uma pessoa podem induzir sentimentos muito importantes na aquisição e desenvolvimento do *purpose*.

Os adolescentes e os adultos emergentes são particularmente afetados pela existência de finalidade porque é inibidora do comportamento auto-destrutivo mas, também, porque induz uma ânsia ou motivação para aprender sobre o mundo o que lhes permite descobrirem e desenvolverem novas capacidades e diminuir substancialmente a sua preocupação com as atividades centradas na auto-satisfação. Esta motivação para além do imediato e do mundo físico e material induz o que Csikszentmihalyi (1997) designa de fluidez (*flow*), um estado de verdadeira inspiração. Quando não alcançam um dos objetivos universais do ser humano, ter uma vida com sentido, as pessoas tendem à infelicidade pois a auto-centração e o comodismo são emocionalmente prejudiciais enquanto a busca de finalidade tem a estabilidade e inovação como retornos. Podemos concluir que a existência de finalidade nos períodos da adolescência e da adultícia emergente assegura o melhor desenvolvimento e bem-estar dos indivíduos durante a sua juventude mas, também, a capacidade de enfrentar a vida adulta com maior resiliência, competência, estabilidade e felicidade.

Perceber quais as fontes que podem promover a finalidade tornou-se, assim, uma tarefa muito significativa para os promotores desta noção desenvolvimental dos quais destacamos os trabalhos de William Damon (2008; Damon, Menon & Bronk, 2003). Nos seus estudos Damon e colaboradores inquiriram os participantes sobre os domínios da vida pessoal e social que tinham qualidade para elicitar um sentido de finalidade com as características já explicitadas, tendo encontrado os seguintes aspetos: a) a família – que é referida com o duplo sentido de aquisição da própria família como da preocupação em cuidar dos progenitores; b) a carreira – associado a objetivos mais pessoais de sustento da família e de realização profissional e pessoal mas, igualmente, associado a objetivos pró-sociais de ajuda de colegas,

de causar benefício em outras pessoas, nas organizações e na comunidade; c) crenças e valores morais, pró-sociais – expressa no interesse em perceber como as suas capacidades podem servir a comunidade e no prazer em usá-las nesta direção; d) a dimensão espiritual e /ou religiosa – a existência de uma fé parece assegurar uma preocupação para além do self e das dimensões mais materiais, imediatistas; e) a dimensão socio-política – este foi o domínio menos referido pelos jovens como fonte de finalidade mostrando um desinteresse significativo pela atividade política, cívica e comunitária. Os jovens não mostram interesse em assumir atividades de liderança organizacional e cívica, não admiram os líderes sociais e políticos e, ainda, revelam pouca preocupação social, opinião política, dever cívico e sentido de cidadania. Alguns mostram, inclusive, um certo cinismo e descomprometimento.

Será este desinteresse e descomprometimento normal de um ponto de vista desenvolvimental? Não terão os jovens tempo para fazer atividades cívicas no futuro, sendo o presente um momento mais adequado à centração em interesses imediatos? Damon (2008) considera que o atual descomprometimento social e cívico é anormal na história da humanidade; que o tempo da adolescência não deve ser exclusivamente dedicado a objetivos de self; a formação de um sistema pessoal de crenças e valores inicia-se na adolescência e termina na adultícia emergente pelo que a ausência de uma preocupação cívica e política nesta altura poderá significar que ela nunca existirá na vida destes indivíduos. O desenvolvimento da identidade requisita um forte sentido de cidadania expresso pela fidelidade a um conjunto de crenças morais e pró-sociais e a um compromisso com uma ideologia consistente com elas. O autor considera, assim, que este desinteresse socio-político coloca em risco o futuro do bem público e das crianças e dos jovens.

Contudo, o universo adolescente e da adultícia emergente é muitíssimo heterogêneo o que conduziu Damon (2008) a analisar os vários perfis psicossociais existentes nos jovens. Os seus estudos permitiram encontrar quatro perfis diferentes na relação com a existência de finalidade.

Os *descomprometidos*, caracterizados pela ausência de *purpose*, pela descrença ou procrastinação em buscar algo: a sua atitude fundamental revela apatia, descomprometimento e os seus interesses estão restringidos a domínios hedónicos e de engrandecimento do ego. Eles parecem estar numa jangada que flui ao sabor da corrente, uma deriva que consideram tolerável, até aceitável, na medida em que não controlam o futuro. Alguns desejam obter uma graduação, encontrar um trabalho, ter uma família, mas estes objetivos estão ligados à

perspetiva de viver a vida sem preocupação e com o maior prazer possível e que reflete a sua representação do que é adaptação. Serão estes jovens felizes ou têm subjacente uma dimensão de angústia e incerteza sobre si próprios constitui uma questão que vale a pena investigar.

Os *sonhadores*, caracterizados pela existência de finalidades de natureza idealista na medida em que nunca fizeram nada para os atingir, ou seja, predomina a falta de iniciativa ou inércia que impede a definição de planos realistas. Na sociedade atual este perfil aparece sobretudo nos jovens que estão fascinados pelo objetivo de serem famosos, estrelas das artes e do desporto. Este interesse, fundamentalmente adquirido na qualidade de consumidores televisivos de programas de entretenimento musical, cinematográfico e de desporto, ou até dos chamados *reality shows*, não estão inspirados (*flow*) pela aprendizagem e sentido de trabalho e, consequentemente, não estão preparados para trajetórias longas, difíceis e incertas.

Os *diletantes*, cujo perfil é marcado pelo engajamento em atividades que parecem ter um potencial de finalidade mas que revelam pouco conhecimento do significado dessas atividades pelo que o seu compromisso com elas é instável e de curto prazo. Estes jovens vão saltitando de umas atividades para outras, não têm motivação suficiente para permanecer sintonizados com elas pelo que o seu percurso tem pouca coerência com as metas que pretendem alcançar. Estes motivos são, assim, pouco consistentes com a definição de uma identidade pessoal. Alguns destes jovens são ainda uma espécie de pesquisador em transição para um possível estado de finalidade.

Os *intencionais*, que encontraram algo de significativo a que se dedicam, que mantêm o seu motivo por um período longo e que mostram o conhecimento, de si e do ambiente, para alcançarem o que desejam no mundo. Os seus esforços atuais e futuros estão vinculados a uma causa ou propósito que pretendem atingir.

Os estudos de Damon (2008) verificaram a existência de 25% de descomprometidos, 25% de sonhadores, 30% de diletantes e 20% de intencionais. Uma distribuição que mostra de forma clara que apenas um quinto dos jovens têm um sentido de finalidade definido e que, pelo menos 50%, têm um *purpose* ausente ou destruturado. Os jovens inquiridos neste estudo pertencem a uma população mais ou menos normativa pelo que ele refere ainda a existência de um sentido de finalidade baseado no descomprometimento moral e ligado a uma dimensão anti-social. Estes jovens, designados de *perturbados*, estão igualmente comprometidos com ideais e causas de longa duração que dotam as suas identidades e vidas de um sentido de finalidade. Contudo, diferem deles na intenção antissocial subjacente ao seu *purpose*, não

consideram as outras pessoas como imprescindíveis, o que conduz para percursos caracterizados pelas condutas de risco, violência e destruição. Tal como em outros casos, os jovens que perpetraram o massacre de *Columbine*, apresentavam desejo forte em fazer a diferença, tinham crenças ligadas com a morte e o apocalipse, validavam essas crenças por referência a dimensões espirituais, capacidade para manter compromisso com objetivos de longo prazo e referência a pessoas/ações que admiravam. Em síntese, têm uma visão cínica e niilista do mundo que é típica de identidades vincadas pelo descomprometimento moral e que deve merecer a nossa atenção sobre a importância decisiva da definição de um sentido de finalidade nos jovens, organizado em torno de objetivos pró-sociais, quer pela sua qualidade de promotor do desenvolvimento psicossocial como pelo seu potencial de inibidor das identidades anti-sociais.

O tipo de objetivos que os jovens consideram como significativos, que dão sentido à sua vida e à sua identidade, que os dotam de *purpose*, constitui assim uma condição fundamental do desenvolvimento psicossocial. Neste sentido é particularmente pertinente investigar que objetivos os jovens portugueses, adolescentes e adultos emergentes, associam a um sentido de finalidade.

A instabilidade sentida pelos jovens da atualidade, a incerteza na definição de expectativas de vida, faz com que os jovens que ingressam no período de transição para a adultícia, os adultos emergentes, iniciem e, até, percorram grande parte deste período, com sentimentos de incerteza, baixa confiança, iniciativa e sentido de competência que problematizam a definição da sua identidade. Muitos deles, com maior ou menor consciência, permanecem em trajetórias marcadas pela estagnação, deriva ou apatia. Mesmo aqueles que ingressam na educação universitária e que, frequentemente, apenas estão a cumprir expectativas da família ou que, simplesmente, não encontraram melhor alternativa (Coté & Levine, 1997). Para estes a frequência universitária pode não traduzir-se pelo desejável incremento de competências transversais de comunicação, capacidade de aprendizagem e concetualização, auto-conhecimento, capacidade de adaptação à mudança e de análise e resolução de problemas e capacidade de iniciativa, de correr riscos calculados. A falta de expectativa de capitalizarem a formação académica em emprego e, mais que isso, em carreiras interessantes pode ajudar ao sentimento de instabilidade e ao pior desenvolvimento destas competências, traduzindo-se numa falta de individualização (Coté).

Uma parte dos jovens atuais está assim hesitante ou em dificuldade para assumir compromissos típicos da vida adulta, por exemplo, casamento, parentalidade, trabalho, ou até mesmo a responsabilidade de cidadão. Um atraso no compromisso que é notório em jovens do mundo ocidental (Arnett, 2006). Muitos jovens de trinta anos ainda vivem em casa dos pais e não são independentes e, alguns deles, nem sequer estão a estudar ou receber a formação profissional, configurando os designados NEET (not in employment, not in education and not in training). O casamento ou vida partilhada com um parceiro e o nascimento de filhos, por vezes, não são vistos como conquistas mas antes como perigos a serem evitados. Assim, na perspetiva de o período de questionamento e auto-exploração está a tornar-se mais longo, atrasando a transição para o trabalho permanente e para uma casa própria, sendo mais longo do que o de qualquer outra geração anterior. Um questionário efetuado a estudantes universitários americanos entre 2000 e 2006 mostrou que quase dois terços dos graduados mudaram-se para casa dos pais depois de terminarem a faculdade, sendo que mais de metade, ficou por mais de um ano. Os jovens deixaram de assumir o trabalho como uma responsabilidade, um meio para serem independentes e se tornarem adultos, olhando para o trabalho através de uma atitude que pode ser resumida “se não gostarmos do emprego, despedimo-nos, pois na pior das hipóteses o que pode acontecer é voltar para casa dos pais. E isso não é problema pois os pais gostam de se preocupar connosco e sentem necessidade de nos ajudar”.

Para alguns dos jovens esta deriva ou estagnação constitui preocupação e induz ansiedade e a sensação de estarem amarrados a uma vida sobre a qual têm baixo controlo. Sentem-se dececionados consigo mesmos pela incapacidade de assumir uma direção em função de escolhas e decisões próprias e desanimados pelo que a vida lhes tem oferecido até ao momento. Mas, existem outros que estão concentrados na satisfação hedónica do presente, nas dimensões mais superficiais da vida e que não aparentam sofrer com isso. Posteriormente, na idade adulta, alguns são surpreendidos por sentimentos súbitos de vazio quando questionam a direção que a sua vida tomou (Arnett, 2006).

Ter ou não um *purpose* ou finalidade, estará muito possivelmente associado à definição de um sentido de vida, ambos muito relacionados com a definição de objetivos verdadeiramente significativos, ou seja, que promovem um sentido de proatividade orientado para a aquisição deste sentido simultâneo de identidade/finalidade e que facilitará a definição de um sentido de vida.

A falta de um sentido de vida, segundo alguns estudos, aparece associado a diversos sintomas, stresse não esporádico, distúrbios do sono, distúrbios alimentares, raiva descontrolada, isolamento, abuso de substâncias, entre outros. Estes jovens demonstram pouco entusiasmo pelas suas atividades diárias e podem ainda sentir-se infelizes sem qualquer razão, desorganizados e sem vontade de levarem as atividades ate ao fim.

Deste modo, um *purpose* materializado pela existência de objetivos significativos pode estar muito associado à definição de um sentido de vida claro e satisfatório. Mas, importa clarificar o que é o sentido de vida.

2.2. O sentido de vida, processo e/ou produto da existência de *purpose*

O sentido de vida resulta de processos de questionamento existencial nos seres humanos em busca da aquisição de um sentido de clareza e coerência para o seu presente e futuro, para os seus projetos, para as suas vidas. Ao mesmo tempo esta busca de definição de um sentido vida é, também, a procura de aquisição de um sentido coerente de identidade ou de um sentido de finalidade. A psicologia tem uma longa trajetória de dedicação à compreensão deste conceito para melhorar a sua explicação e, dessa forma, compreender a sua relação com os mecanismos de ajustamento e adaptação individual, contribuindo, assim, para o estudo do desenvolvimento humano (Sommerhalder, 2009).

Platão descreveu os seres humanos como indivíduos em busca de um sentido, sendo esse sentido um resultado das suas experiências, incluindo a da sua própria vida. O significado de cada experiência é o elo de conexão de entendimentos e interpretações que permitem a compreensão da própria experiência e a formulação de planos, ou seja, implica a orientação das energias para a realização de um futuro desejado. É este significado que dá a sensação que a vida faz sentido, não tendo um sentimento de vazio (Steger et al, 2006).

Na psicologia Viktor Frankl foi pioneiro a questionar sistematicamente o sentido de vida tendo proposto quatro fatores que podem levar a pessoa a encontrar um sentido para a vida: (1) a *valorização do que é importante para a pessoa*, ou seja, aquilo que teve significado durante a vida, desde os pequenos aos grandes eventos; (2) *as escolhas* – o individuo, é responsável por cada escolha que faz ao longo da vida, inclusive diante de situações adversas. Frank aborda o sofrimento como grande oportunidade de crescimento pessoal embora dependente de como a pessoa o enfrenta; (3) *responsabilidade* – pelas escolhas, decisões, por tudo o que o indivíduo faz; (4) *significado imediato* – dar sentido às

coisas que acontecem na vida diária, tanto as experiências positivas como as negativas (citado por Sommerhalder, 2009).

A falta de sentido para a vida, é descrita como um elicitador hipotético de sintomas como ansiedade, depressão, falta de esperança e declínio físico (Sommerhalder, 2009). Desta forma, não desenvolver um sentido de vida ou perdê-lo da perspectiva de vida pode provocar uma experiência de sofrimento psíquico (Steger et al, 2006). Frankl, foi um grande defensor da necessidade das pessoas desenvolverem uma clara visão sobre o que estão a tentar realizar através das suas vidas, defendendo também que essa visão pode responder a perguntas sobre o significado das suas vidas (citado por Steger et al, 2006).

Contudo, tal como assinala Reker (2000), trata-se de um construto que, ao longo dos últimos anos de investigação, foi considerado por diversas abordagens como o mais complexo e discutido na literatura. Para este autor o sentido de vida está associado à existência de um propósito, uma direção, uma razão para a existência, a uma auto-perceção de ter uma identidade pessoal, além do sentimento de satisfação com a vida, mesmo diante de situações difíceis em que a interrogação sobre o sentido da vida é essencial. Na dimensão individual, para Sommerhalder (2009), as crenças, os valores e as necessidades do indivíduo, orientam as metas que este deve perseguir, os relacionamentos em que deve investir, funcionando como um guia para as suas explorações e investimentos.

O sentido de vida inclui, portanto, esquemas conceituais, categorias do *self* e de interpretação da vida que orientam a vida do indivíduo. É, assim, uma rede cognitivo-afetiva que abrange metas, comportamentos e várias classes de padrões de auto-avaliação, direcionada para os valores da vida e associado à saúde mental (Prager, 1997). Encontrar sentido para as experiências de vida, estar no mundo com um objetivo, em prol de algo, conseguir dar um propósito para as atividades diárias e até mesmo encontrar um significado para as diversas dificuldades, são alguns dos caminhos para dar sentido à vida (Sommerhalder, 2009).

O sentido de vida, inclui uma multiplicidade de dimensões, nas diversas contextualizações de que foi alvo. Vogler e Ebersole (1980), por exemplo, descrevem este construto a partir de oito dimensões: *compreensão* (procura de mais conhecimento); *relacionamento* (orientação interpessoal); *serviço* (ajudar, dar orientações); *crença* (acreditar em algo); *expressão* (artística, desportiva, musical, literária); *conquistas* (respeito, posses, responsabilidade); *crescimento pessoal* (desenvolvimento do potencial pessoal, cumprimento

de metas) e *existencial-hedonística* (a importância do prazer na vida diária). Esta concetualização mostra-nos a relação estreita que existe entre o sentido de vida e a existência de objetivos de vida, por exemplo, realização e trabalho (incluindo recompensa económica, sucesso, estatuto social e satisfação), boas relações pessoais, metas filosóficas e religiosas, serviço social, ausência de dificuldade (segurança, auto-manutenção, saúde, conforto), satisfação e crescimento pessoal (incluindo aprendizagem, conhecimento e domínio).

Fiske e Chiriboga (1991) verificaram que a dimensão *crescimento pessoal* é a mais citada nos estudos sobre mudança e continuidade ao longo da vida, temas que estão diretamente ligados ao sentido de vida e que, deste modo, se tornam de grande interesse para a Psicologia do Desenvolvimento. Assim, encontrar um sentido para a vida ajuda a capacidade de enfrentar as perdas, que aumentam com o avançar da idade.

O sentido de vida, pode ainda ser percebido como uma representação mental de possíveis relações entre coisas, eventos e relacionamentos, ou seja, a importância que as pessoas dão às pequenas e às grandes coisas da vida (Baumeister, 1991), um conjunto de esquemas de vida que conferem ordem, propósito e direção à vida (Thompson & Janigiana, 1988). Alguns autores, (e.g., Kaufman, 1987) consideram que a vida não tem um sentido por inteiro, sustentando a ideia de fragmentos ou histórias interessantes, atividades significativas, investimento e realização de metas. Deste modo, afirmam os defensores da perspetiva existencialista (e.g., Sommerhalder e Erbolato, 2008) os relacionamentos mais íntimos com amigos e familiares são componentes importantes do sentido de vida.

Encontrar um sentido de vida está pois associado a um equilíbrio entre perdas e ganhos, à atribuição de significado para as atitudes e os acontecimentos quotidianos e à existência de um propósito ou finalidade na vida. São vários os fatores que influenciam a percepção de sentido na vida. Os fatores internos, que estão ligados ao desenvolvimento do indivíduo, podem ser a personalidade/identidade, estratégias de enfrentamento ou de *coping*, religiosidade, espiritualidade, sentimentos de pertença, história de vida. Os fatores externos, que pertencem ao ambiente e corroboram o significado que as pessoas dão à vida, são relativos à garantia das necessidades básicas de sobrevivência e segurança, às oportunidades sociais, ao trabalho e ao lazer (Sommerhalder, 2009).

O sentido de vida, portanto, inclui uma dupla dimensão, individual e cultural, em que os valores e temas da vida, embora de natureza individual fazem parte de um todo maior que é

a cultura na qual o sujeito está inserido, e isso influencia as decisões pessoais, ou seja, os sujeitos decidem também com base em opiniões, valores e metas coletivas (Prager, 1997).

Enumeros teóricos defendem que o sentido de vida não muda muito ao longo da existência, ou seja, apenas sofre transformações graduais na conjugação com mudanças nos sistemas e crenças e valores (Zika & Chamberlain, 1992).

Segundo vários estudos, existe uma relação significativa entre o sentimento de vazio existencial, ou seja, falta de sentido de vida e relações agressivas. A falta de sentido de vida, representada por tédio, apatia e sentimento de indiferença, pode diminuir a habilidade de *coping* e, conseqüentemente, aumentar a frustração, que tem relação significativa com a agressividade (Halama, 2000). Assim, pode-se afirmar que existe uma relação estreita entre falta de sentido de vida e a agressividade.

O sentido de vida é visto de variadas formas pelas diferentes gerações, mas há pontos que são comuns, como as necessidades básicas fisiológicas e de segurança, necessidade de lazer, trabalho criativo, relacionamento pessoal, realização e crescimento pessoal e social, ativismo político, altruísmo, valores tolerantes e ideais, tradição, cultura e religião (Reker, Peacock & Wong, 1987).

As diferenças na percepção de um sentido para a vida ao longo dos anos, estão associadas ao grau de consciência sobre o mundo que cada indivíduo experimenta em diversos momentos da vida. Variáveis como o género, idade, nível educacional, papel social desempenhado num dado momento, profissão, religiosidade e espiritualidade, história de vida, fatores de personalidade e apoio social devem ser melhor investigados, porque elas interferem na percepção do sentido de vida (Reker, 2001).

Resultados obtidos nos estudos de Prager (1996, 1997) e Reker e Wong (1988) permitem afirmar que, em adultos, existem fontes comuns de sentido de vida, o relacionamento pessoal e a satisfação de necessidades básicas, mas também existem diferenças que apoiam a noção que é adquirido socialmente e que varia entre culturas. Em relação ao género, Prager (1996) e Reker e Wong (1988) verificaram mais semelhanças do que diferenças nas fontes de sentido de vida entre homens e mulheres. No entanto, as dimensões atividades criativas, relacionamento pessoal, servir os outros, preservação de valores e ideais humanos e atividades religiosas foram mais frequentemente verificadas nas mulheres.

Ranst & Marcoen (1997) observaram que indivíduos mais velhos têm mais habilidades para perceber alguma perspectiva na vida, pois tendo já vivido bastante conseguem avaliar com maior facilidade o que efetivamente vale a pena investir, e consideram-se mais capazes para alcançar metas ou estar em vias de as alcançar, comparativamente aos mais jovens. Estes dados foram corroborados por Freire (2001). A explicação para tais resultados está associada à percepção de realização de tarefas evolutivas, pois os jovens, ainda estão a configurar as suas uniões afetivas, consolidando-se a nível profissional, escolhendo e sedimentando as suas escolhas.

É crescente o número de estudos sobre o sentido de vida, ou seja, sobre o significado atribuído ao que é de grande valia para o viver, os quais fornecem importantes informações sobre pontos relevantes do processo de adaptação e de estímulo da vontade de viver (Sommerhalder, 2009). Tais descobertas são importantes para a reflexão sobre a influência da cultura, da faixa etária e do género na atribuição de valor para os diversos aspetos da vida.

Finalmente, o sentido de vida, pode ser associado com o nível mais básico de bem-estar, com o afeto e emoções positivas, como a moral elevada, o amor, a alegria e a vitalidade (Steger, Frasier, Oishi & Kaler, 2006).

A definição de um sentido de vida pode ser, portanto, interdependente da capacidade de compreensão e integração das vivências, acontecimentos e tarefas do indivíduo ao longo do ciclo de vida, ou seja da exploração e definição de uma identidade pessoal. Muitos adolescentes tentam encontrar significado em suas vidas, muitas vezes explorar e questionar o seu propósito de vida, as suas paixões e motivações, e o que estão destinados a fazer com as suas vidas e educação. Uma das principais tarefas do desenvolvimento é responder e entrar em acordo com tais questões, como comprova a própria definição de maturidade, que envolve a compreensão de metas e a capacidade de alcançar um direcionamento e intencionalidade (Ryff, 1989).

A preocupação central do desenvolvimento durante a adolescência gira em torno de estabelecer um sentido ou significado de vida (Damon et al., 2003). Algumas perspectivas que se apoiam na teoria do desenvolvimento psicossocial de Erikson (1968) sugerem, desde há muito tempo, que a adolescência é um período de formação durante o qual os jovens estão preocupados com a definição de quem são e com a sua capacidade em adotar um conjunto pessoal de crenças e de a estas manterem uma fidelidade e dedicação ao longo das suas vidas. O sentido da vida materializado a partir desta exploração e desenvolvimento da

identidade, tem assim, o potencial de influenciar as trajetórias de desenvolvimento dos adolescentes, por exemplo, os seus objetivos e expectativas futuras (Emmons, 1999). Desta forma o sentido de vida e o desenvolvimento da identidade, parecem ser interdependentes e, por isso, são mutuamente relevantes para os adolescentes, que começam a envolver-se no processo de auto-conhecimento e auto-definição, antes mesmo de chegar o período da adultícia emergente (Kiang e Fuligni, 2010).

Contudo, como afirmámos antes, a definição da identidade estende-se até ao período da adultícia emergente pelo que se torna relevante analisar o sentido de vida nos jovens desta fase do ciclo de vida. Uma importância que ganha maior sentido pela relação, positiva, existente entre a construção identitária e o bem-estar psicológico, assim como, com outros índices de bem-estar subjetivo (Cziksztentmihalyi, 1990; Ryff & Singer, 1998; Zika & Chamberlain, 1992). Em adultos, o sentido de vida, tem sido igualmente relacionado com o sucesso no trabalho (Ryff e Singer, 1998).

Uma vez que a educação é muitas vezes vista como um método pelo qual socialmente se consegue avançar e alcançar os objetivos pré-definidos, a motivação académica pode também ser particularmente relevante para os adultos emergentes de famílias de minorias étnicas, para quem aquela pode servir como um fator de sucesso (Suárez-Orozco e Suárez-Orozco, 2001). Assim, o sentido de vida do jovem pode não ser associado apenas aos indicadores globais de ajustamento, por exemplo de auto-estima, mas também aos resultados dentro do campo académico, por exemplo a motivação intrínseca (Kiang e Fuligni, 2010).

Embora o processo ativo de pesquisa ou exploração possa refletir uma abordagem que tem sido associada a resultados adaptativos (Carver e Scheier, 1999), a exploração pode realmente exigir um difícil e longo período de tempo. Erikson (1968) retrata a busca dos jovens para a identidade como uma crise, caracterizada por uma intensa agitação e confusão. A busca de sentido da vida pode ser vista como uma crise similar à da identidade e, como tal, a incapacidade de a resolver de forma bem sucedida, pode estar associada a problemas psicológicos. Duas perspectivas teóricas apontam a identificação social como uma fonte de significado na vida dos adolescentes. A teoria da identidade social, que apoia a existência de ligações entre identidade e construção de significado, sugere que os sentimentos de ligação e pertença a um grupo, aumenta a motivação para uma ação intencional em apoio desse grupo. A identificação social pode, assim, melhorar as atitudes do grupo, e oferecer oportunidades

para as pessoas cultivarem um profundo sentido de propósito através das suas relações sociais (Kiang e Fuligni, 2010).

Capítulo 3 – Problema de investigação

O desenvolvimento psicossocial, muito bem descrito na teoria de Erikson (1968), através da noção de identidade, deu-nos um construto de enorme potencialidade para compreender o nível de organização psíquica do self, o seu nível de organização, coerência e diferenciação. Estas qualidades refletem, particularmente, a força do ego, ou seja a sua independência, distintividade e capacidade de lidar com a adversidade. Neste sentido, podemos considerar que uma das mais interessantes operacionalizações da noção eriksoniana de identidade foi realizada por Markstrom et al (1997) através da sistematização das forças do ego, correlativas das crises psicossociais e dos conteúdos e capacidades a estas subjacentes. A formulação deste modelo de forças ou virtudes do ego permitiu a construção de uma medida psicométrica designada de PIES que constitui um indicador de qualidade para a avaliação do nível de desenvolvimento da identidade, uma convicção que apoiou a sua utilização no nosso estudo.

A descrição do desenvolvimento psicossocial feita por Erikson refere a interdependência significativa entre o indivíduo e o contexto socio-histórico em que cresce pelo que, as inúmeras e intensas mudanças acontecidas nas últimas décadas, problematizaram algumas das assunções antes afirmadas. Os períodos da adolescência e do que antes se designava por jovens adultos, ora descritos como adultos emergentes, são provavelmente os mais necessitados de revisão, pois coincidem com o tempo em que os jovens exploram intensamente as suas possibilidades, as referências ideológicas existentes no ambiente social, e procedem à sua seleção e integração com vista à definição das suas identidades. Deste modo, ganha toda a pertinência a necessidade de (re)analisarmos a identidade nestes grupos de idade.

Como decorre da teoria psicossocial, a definição e manutenção de compromissos relativamente duradouros e com significado para o *self* distingue a qualidade do desenvolvimento dos jovens, dos seus instrumentos psicológicos pois induz-lhes a motivação para a aprendizagem e realização necessárias para o desenvolvimento e o ajustamento psicossocial. Para Damon (2008), o sentido de identidade ou de *self* é muito favorecido pela existência de uma *finalidade* ou *purpose*, pois esta assegura aos jovens maior bem-estar, auto-conhecimento e, também, maior capacidade de enfrentar a vida adulta com maior resiliência, competência, estabilidade e felicidade. Ter uma finalidade implica, necessariamente, definir objetivos significativos

de vida, que vão alimentar e guiar o processo exploratório e de organização de compromissos dos jovens.

Damon e seus colaboradores (2008; Damon, Menon & Bronk, 2003) consideram que as principais fontes de promoção do *purpose* são a família, a carreira, as crenças e valores morais e pró-sociais, a dimensão espiritual e /ou religiosa e a dimensão socio-política. Nos estudos realizados eles verificaram que estas duas últimas eram os domínios menos referidos pelos jovens quando inquiridos sobre quais os objetivos que davam às suas vidas uma finalidade. Para estes autores é clara a falta de identificação e motivação com a atividade política, cívica e comunitária, com tarefas de liderança organizacional e cívica; os jovens não se identificam com os líderes sociais e políticos, e são carecidos de preocupação social, opinião política, dever cívico e sentido de cidadania. Em alguns deles é notório um certo cinismo e descomprometimento.

E qual será o sentido de *purpose* dos jovens portugueses? A que objetivos estará ele associado? Responder a estas questões é um dos nossos objetivos procurando analisá-las nos adolescentes e nos adultos emergentes, ou seja, avaliando a existência de semelhanças ou diferenças entre os dois grupos de idade.

Mas, para além dos objetivos, é importante avaliar a existência de uma finalidade clara e satisfatória nos jovens. Para o fazer recorreremos ao construto de sentido de vida, que está associado aos processos de interrogação e exploração dos indivíduos na busca de alcançarem algo que dê significado, coerência e direção às suas vidas presentes e, futuras, aos que oriente os seus projetos de vida. Esta busca de definição de um sentido vida está fortemente associada a um sentido coerente de identidade ou de um sentido de finalidade (Damon, 2008).

O sentido de vida é um conjunto de esquemas que conferem ordem, propósito e direção à vida (Thompson & Janigiana, 1988), está relacionado com os mecanismos de ajustamento e adaptação individual (Sommerhalder, 2009) e a sua inexistência aparece ligada a um sentimento de vazio e sofrimento psíquico (Steger et al, 2006), sintomas de ansiedade e/ou depressão, falta de esperança e declínio físico (Sommerhalder, 2009). Trata-se, portanto, de uma dimensão incontornável do bem-estar psicológico, da resiliência e do sentido de agência na construção de um percurso individual adaptativo e afirmativo. Deste modo, para além de avaliarmos Os objetivos de *purpose* integrámos

igualmente a variável sentido de vida no modelo de análise do desenvolvimento da identidade.

Em síntese, considerámos que a existência de objetivos de *purpose* e de um sentido de vida estão associados ao melhor desenvolvimento da identidade. Uma vez que não existem estudos portugueses sobre as dimensões de objetivos de *purpose* e de um sentido de vida, assumimos este estudo com exploratório pelo que não definimos expectativas muito orientadas nas nossas hipóteses de investigação. De qualquer forma faz sentido testar as seguintes hipóteses:

1. Os adolescentes, em fase inicial do processo exploratório da sua identidade e dotados de menor independência e recursos psicosociais, estão mais centrados na realidade presente e menos preocupados que os adultos emergentes sobre os requisitos e as dimensões preparatórias da transição para a vida adulta. Deste modo, consideramos que *existem diferenças nos objetivos de purpose dos adolescentes e adultos emergentes*.
2. A necessidade de encontrar um sentido para a vida vai aumentando com a idade pelo que os adultos emergentes, pela necessidade de explorarem e definirem o seu projeto de vida, devem ter uma consciência superior do significado que a sua vida tem. Esta exploração pode trazer maior satisfação com o seu sentido de vida embora alguns adultos emergentes, pela complexidade e importância dos processos decisoriais implicados possam não ter ainda encontrado um nível de satisfação muito positivo. Assim, esperamos encontrar diferenças no sentido de vida entre adolescentes e adultos emergentes, sendo essa diferença mais clara na consciência de ter um sentido de vida do que em ter um sentido de vida satisfatório.
3. A organização e definição da identidade, concretizada numa qualidade de resiliência ou força do ego tende a aumentar ao longo do curso do desenvolvimento psicossocial, da infância até à adultícia. Deste modo, esperamos que os adultos emergentes apresentem melhor desenvolvimento da identidade, ou seja, um índice superior ao dos adolescentes nas forças do ego

4. Esperamos encontrar associação entre alguns domínios dos objetivos de *purpose* e as outras variáveis, sentido de vida e forças do ego.
5. Esperamos ainda encontrar associação entre o sentido de vida e as forças do ego e que, provavelmente, ela é hipoteticamente superior para a consciência de sentido de vida e, inferior no sentido de vida satisfatório nos adultos emergentes.

Capítulo 4 – Método

4.1 – Participantes

Participaram no estudo 160 jovens, 80 adolescentes que frequentavam o ensino secundário, 46 masculinos (57,5%) e 34 femininos (42,5%), com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos ($M = 16,02$; $Dp = 0,42$) e 80 adultos emergentes que frequentavam o ensino superior, 10 masculinos (12,5%) e 70 femininos (87,5%), com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos ($M = 22,63$; $Dp = 2,98$); as distribuições por sexo, em ambos os grupos, são proporcionais à distribuição existente em ambos os níveis de ensino. Foi utilizado um procedimento de amostragem por conveniência tendo sido excluídos estudantes que apresentavam problemas de aprendizagem e/ou desenvolvimento.

4.2. Medidas

Foram utilizados três medidas no estudo, uma medida de objetivos de finalidade ou *purpose*, a escala do *Sentido de Vida (ESV, Ferreira, 2011)*, a versão traduzida por Ferreira (2011) do *Psychosocial Inventory of Ego Strengths (PIES, Markstrom et al, 1997)*.

Objetivos de purpose ou de vida

Para avaliarmos os objetivos que conferem um sentido de *purpose* ou de vida solicitámos aos participantes que nomeassem o tipo de objetivos, pelo menos 6, que consideravam importantes para dar um sentido à sua vida. As respostas foram analisadas através da técnica de análise de conteúdo baseada nos procedimentos definidos por Strauss e Corbin (1990) com vista à construção de uma teoria enraizada na realidade, genericamente designada de *grounded theory*. Neste tipo de metodologia, a interpretação procura manter uma relação estreita com os dados recolhidos, operando através de níveis sucessivos de codificação da informação expressa pelos participantes até alcançar a definição de categorias abstratas. Para isso, o investigador formula antecipadamente conceitos ou códigos próximos do material recolhido para, posteriormente, através da comparação de casos e conceitos, procurar condensá-los em categorias de natureza mais universal. Este procedimento está orientado para a formação de categorias relativamente abstratas que dão suporte ao modelo de classificação pretendido.

Deste modo fomos agrupando sucessivamente os tipos de objetivos mencionados pelos sujeitos em categorias previamente identificadas através da literatura consultada sobre

os temas de *purpose* e sentido de vida. Cada objetivo foi registado com presença (1) ou ausência (0) em cada sujeito.

Sentido de Vida

O sentido de vida foi avaliado a partir de 2 itens formulados com base no Meaning of Life Questionnaire (MLQ) de Steger e Frazier (2006) composto por 10 itens. Os itens selecionados avaliam a perceção que os respondentes tinham da consciência de possuírem um sentido de vida e do grau de satisfação que esse sentido dá à sua vida. As respostas foram realizadas num formato tipo *Likert*, em que 1 (absolutamente falso), 2 (a maior parte das vezes falso), 3 (um pouco falso), 4 (nem verdadeiro nem falso), 5 (um pouco verdadeiro), 6 (a maior parte das vezes verdadeiro) e 7 (absolutamente verdadeiro).

Forças do Ego

As forças do ego foram avaliadas através de uma versão traduzida (Ferreira, 2012) do Psychosocial Inventory of Ego Strengths de Markstrom et al (1997) que avalia a presença/ausência de forças ou virtudes do ego enquanto indicadores do desenvolvimento psicossocial descrito por Erikson (1968). O formato original da escala tem 64 itens, existindo uma versão reduzida de 32 itens, 4 por cada uma das 8 forças do ego. A escala utiliza um formato de resposta tipo *Likert* de 5 pontos 1 (não me descreve bem) a 5 (descreve-me muito bem). A análise da consistência interna da escala ($\alpha=.93$) é bastante boa.

Neste estudo, apenas considerámos as tarefas desenvolvimentais correspondentes ao período de vida dos respondentes, ou seja, excluímos os itens relativos aos períodos de adultícia. A escala ficou, assim, composta por 24 itens relativos às forças egóicas de esperança, vontade, intencionalidade, competência, fidelidade e partilha, representativas das 6 primeiras tarefas do desenvolvimento psicossocial. Os sujeitos responderam através de um formato *Likert* de 7 pontos, igual ao das outras medidas utilizadas no estudo, de 1 (discordo completamente) a 7 (concordo completamente). Foram recodificadas as respostas relativas aos itens 1,2,4,6,10,12,14,16,17,18,19,21 por apresentarem orientação inversa.

4.3. Procedimento

Os questionários foram aplicados de acordo com os procedimentos éticos da investigação em Psicologia, nomeadamente, de confidencialidade e anonimato dos dados fornecidos e pela seguinte ordem: PIES, Sentido de Vida, Objetivos de *purpose*. Os dados foram inseridos e analisados com recurso ao SPSS-18.

Capítulo 5 – Resultados

Objetivos de *purpose*

A análise de resultados foi iniciada pela categorização dos objetivos de *purpose* apresentados pelos participantes e que permitiu identificar 20 categorias distintas:

Figura 1. Categorias de objetivos de *purpose*

Categorias	Exemplos Críticos
<i>Formação Académica</i>	Entrar na faculdade; acabar o curso; chegar ao nível de Doutoramento.
<i>Ocupação</i>	Trabalho; escrever um livro.
<i>Carreira</i>	Abrir negócio próprio; arranjar um emprego relacionado com o curso; ser bem sucedido na vida profissional
<i>Financeiro</i>	Comprar um carro; independente em termos financeiros; poder económico.
<i>Família</i>	Educar bem o meu filho; casar; ter filhos
<i>Lazer</i>	Viajar; evoluir no desporto que pratico; tirar o curso de fotografia
<i>Independência Pessoal</i>	Ser independente; sair de casa dos pais; ter casa
<i>Identidade</i>	Lutar sempre pelas coisas em que acredito e que me fazem sentir bem; ter liberdade e consciência mental que me permita fazer as melhores escolhas; assumir as minhas responsabilidades.
<i>Amizade</i>	Ter bons amigos com quem posso contar; criar novas amizades; orgulhar os meus amigos.
<i>Bem-estar Físico e Psicológico</i>	Ser feliz, ter saúde; manter-me lúcido quando for mais velho.
<i>Aparência Física</i>	Ter um aspeto físico invejável a partir dos 30//45 anos.
<i>Espiritual/Religioso</i>	Cumprir o propósito de Deus na minha vida.
<i>Pró-social</i>	Ajudar o próximo; ajudar animais em situações desfavoráveis; fazer os outros felizes.
<i>Cívico</i>	Elaborar um plano de voluntariado em África ou num país pobre; ser um contributo para a sociedade; fazer voluntariado noutro país na minha área profissional.
<i>Auto-realização</i>	Alcançar um bom futuro; sentir-me realizada; evoluir a nível pessoal e intelectual.
<i>Hedonismo</i>	Viver a vida a 100%

Figura 1. Categorias de objetivos de *purpose* (cont.)

Categorias	Exemplos Críticos
<i>Político</i>	Viver num sítio que não seja capitalista e consumista; agrupar pessoas que tenham a mesma ideia (do não ao consumismo) e derrubar o capitalismo.
<i>Aceitação Social</i>	Ser popular; ter uma boa relação com pessoas; poder estar sempre com quem me aceita.
<i>Estatuto Social</i>	Ser poderoso; conseguir respeito e ser valorizado por milhares; ser famosa
<i>Moral</i>	Viver em paz e morrer em paz, ambição

A análise preliminar permitiu verificar a inexistência de diferenças em função do sexo pelo que apenas foi considerada a variável período de desenvolvimento nas análises posteriores. Apresentamos em seguida a tabela dos resultados descritivos dos objetivos de *purpose* em cada um dos períodos de desenvolvimento.

Hipótese 1. existem diferenças nos objetivos de purpose dos adolescentes e adultos emergentes.

Apresentamos em seguida os dados descritivos dos objetivos de *purpose*.

Tabela 1. Dados descritivos dos objetivos de *purpose*

	Adolescentes		Adultos Emergentes	
	M	Dp	M	Dp
Formação Académica	,54	,50	,73	,45
Ocupação	,04	,19	,19	,39
Carreira	,65	,48	,76	,43
Financeiro	,51	,50	,40	,49
Família	,75	,44	,93	,27
Lazer	,28	,45	,33	,47
Independência Pessoal	,13	,33	,20	,40
Identidade	,21	,41	,06	,24
Amizade	,33	,47	,24	,43
Bem-estar Fís. Psic	,68	,47	,51	,50
Aparência Física	,03	,16	,01	,11
Espiritual/Religioso	,05	,22	,01	,11
Pró-social	,09	,28	,14	,35
Cívico	,06	,24	,09	,28
Auto-realização	,25	,44	,19	,39
Hedonismo	,09	,28	,01	,11
Político	,00	,00	,01	,11
Aceitação Social	,13	,33	,00	,00
Estatuto Social	,11	,32	,00	,00
Moral	,03	,16	,00	,00

Os domínios mais referidos pelos adolescentes, Família, Bem-estar físico e psicológico, carreira, formação académica e financeiro foram igualmente os domínios mais nomeados pelos adultos emergentes; contudo, neste último grupo a carreira e a formação académica foram mais referidos que o bem-estar físico e psicológico, ao contrário do que acontece nos adolescentes.

Os domínios menos referidos pelos adolescentes foram político, moral, aparência física, ocupação, espiritual/religioso, cívico, pró-social e hedonismo. Os adultos emergentes, tal como o grupo adolescente também referiram pouco os domínios político, moral, aparência física, espiritual/religioso, cívico e hedonismo; a estes domínios comuns acrescentaram outros de aceitação social, estatuto social e identidade.

A análise das diferenças entre os dois grupos permitiu verificar que existem diferenças estatisticamente significativas em 8 dos 20 domínios testados: na formação académica ($t = -2,490$; $p = ,014$), ocupação ($t = -3,071$; $p = ,003$), e família ($t = -3,069$; $p = ,003$), mais referidos pelos adultos emergentes, e na identidade ($t = 2,805$; $p = ,006$), bem-estar físico e psicológico ($t = 2,109$; $p = ,037$), hedonismo ($t = 2,196$; $p = ,030$),

aceitação social ($t = 3,359$; $p = ,001$), e estatuto social ($t = 3,165$; $p = ,002$), mais referidos pelos adolescentes. Estes resultados confirmam a existência de algumas diferenças entre os grupos verificando-se que os adultos emergentes assinalam mais que os adolescentes a formação académica, a ocupação e a família enquanto estes últimos mostram maior orientação para dimensões de identidade, bem-estar físico e psicológico, hedonismo, aceitação social e estatuto social.

Sentido de Vida

As análises preliminares não encontraram diferenças para o sexo pelo que apresentamos em seguida os dados descritivos das forças do ego nos dois períodos de desenvolvimento.

Tabela 3. Dados descritivos do sentido de vida

	Adolescentes		Adultos Emergentes	
	M	Dp	M	Dp
CSV	5,28	1,41	5,75	,95
SVS	4,88	1,54	5,21	1,22

CSV – consciência de sentido de vida; SVS – sentido de vida satisfatório

Os valores relativos ao sentido de vida, tanto ao nível da consciência de ter um sentido de vida como de o considerar satisfatório, são positivos em ambos os grupos na medida em que estão situados acima do ponto médio da escala (4,00).

Hipótese 2. existem diferenças no sentido de vida entre adolescentes e adultos emergentes.

Ambos os indicadores de sentido de vida avaliados apresentam valores superiores nos adultos emergentes mas a análise comparativa entre os grupos apenas verificou diferenças estatisticamente significativas na consciência de ter um sentido de vida ($t = -2,496$; $p = ,014$). Este resultado confirma a expectativa que os adultos emergentes têm maior consciência de sentido de vida que os adolescentes embora essa consciência nem sempre se traduza num grau de satisfação significativamente mais elevado.

Forças do Ego

Esta medida não está validada para a população portuguesa pelo que procedemos a uma análise da sua qualidade psicométrica através da análise de três indicadores: sensibilidade métrica, validade estrutural e fidelidade.

Sensibilidade

Para avaliar a qualidade métrica da medida procedemos a uma análise dos resultados nos 24 itens que a constituem, com a finalidade de apreciar o grau de dispersão das respostas. Esta análise considerou um conjunto de critérios de estatística descritiva, nomeadamente, medidas de tendência central (média, mediana e moda), de dispersão (desvio-padrão) e de distribuição (assimetria e curtose). Todos os itens apresentaram sensibilidade métrica adequada.

Validade Estrutural

Para apreciar a validade estrutural da medida utilizámos a técnica de análise fatorial pelo método de componentes principais. As medidas de segmentação amostral e de esfericidade ($KMO = .789$; Bartlett's $= 1091,424$; $P = ,000$) mostraram-se adequadas à realização da análise. Os indicadores de análise da variância explicada e do método de *Cattel* (*scree-plot*), recomendaram a extracção de um único fator, composto por 20 itens e que explicava 24,452% da variância total. Foram eliminados os itens 7, 20, 22 e 24 por apresentarem índice de saturação inferior a ,30. O fator encontrado foi designado de forças do ego.

Fidelidade

A análise da consistência interna, avaliada pelo método de *alpha* de *Cronbach*, permitiram obter indicadores ($\alpha = .82$) e as correlações inter-itens variaram entre - ,510 e ,516 com uma média de ,185), revelaram boa qualidade.

As análises preliminares não encontraram diferenças para o sexo pelo que apresentamos em seguida os dados descritivos das forças do ego nos dois períodos de desenvolvimento.

Tabela 2. Dados descritivos das forças do ego

	Adolescentes		Adultos Emergentes	
	M	Dp	M	Dp
Forças do Ego	4,67	,82	4,96	,68

Ambos os grupos apresentaram índice positivo de forças ou resiliência do ego, ou seja, acima do ponto médio da escala (4,00), embora não muito elevado.

Hipótese 3. existem diferenças nas forças do ego entre adolescentes e adultos emergentes.

A análise comparativa dos valores de forças do ego entre os dois grupos permitiu verificar diferenças estatisticamente significativas ($t = -2,382$; $p = ,018$) sendo o valor de forças do ego mais elevado nos adultos emergentes. Este resultado confirma a expectativa apresentada na hipótese 3.

Associação entre Objetivos de purpose, Sentido de Vida e Forças do Ego

Hipótese 4. existe associação entre os objetivos de purpose e as variáveis de sentido de vida e de forças do ego em ambos os grupos.

A associação entre as variáveis foi testada com recurso ao coeficiente de correlação de *Pearson* tendo-se verificado as seguintes correlações significativas:

1. *Objetivos de purpose e consciência de sentido de vida* – nos adolescentes apenas foi encontrada uma única associação, negativa, para o domínio de aparência física ($- ,316$); nos adultos emergentes também apenas foi encontrada associação positiva com o domínio da família ($,327$).
2. *Objetivos de purpose e sentido de vida satisfatório* – nos adolescentes foram encontradas associações com os domínios de lazer ($,270$) e aparência física ($-,301$), esta última negativa; nos adultos emergentes foi encontrada associação com o domínio de formação académica ($,247$).
3. *Objetivos de purpose e forças do ego* – nos adolescentes foram encontradas associações para os domínios de família ($,349$), amizade ($,261$) e carreira ($,228$) não tendo sido encontrada quaisquer associações nos adultos emergentes.

As relações entre os objetivos de *purpose* e sentido de vida são quase inexistentes. Pudemos verificar que, nos adolescentes, a menor preocupação com a aparência física parece contribuir para a consciência de sentido de vida e para que este seja satisfatório, o qual é apoiada pela orientação para atividades de lazer. Nos adultos emergentes, a consciência de sentido de vida aparece ligada à família mas o sentimento de que esse sentido de vida é satisfatório está ligado à formação académica. Relativamente às forças do ego verificámos que o melhor desenvolvimento da identidade aparece associado, nos adolescentes, a domínios de família, amizade e carreira enquanto nos adultos emergentes não existem associações entre domínios específicos e as forças do ego.

A expectativa que os objetivos de *purpose* apresentassem relação com o sentido de vida e com as forças do ego não foi, portanto, confirmada.

Hipótese 5. existe associação entre o sentido de vida e as forças do ego em ambos os grupos.

4. *consciência de sentido de vida e sentido de vida satisfatório* - foram encontradas associações positivas, tanto nos adolescentes (,662) como nos adultos emergentes (,550).

5. *consciência de sentido de vida e Forças do Ego* - foram encontradas associações positivas, tanto nos adolescentes (,321) como nos adultos emergentes (,475).

6. *sentido de vida satisfatório e Forças do Ego* - foram encontradas associações positivas, tanto nos adolescentes (,570) como nos adultos emergentes (,464).

A relação entre os dois indicadores avaliados de sentido de vida, consciência e satisfação, mostrou que estão associados em ambos os grupos mas com valor mais elevado nos adolescentes.

A relação de cada um destes indicadores com as forças do ego permitiu verificar associações em ambos os indicadores, para ambos os grupos. Porém, a

consciência de sentido de vida está mais ligada às forças do ego nos adultos emergentes enquanto a satisfação está mais ligada às forças do ego nos adolescentes.

A hipótese 5 foi, assim, confirmada assim como as tendências esperadas que a consciência de vida está mais ligada à identidade nos adultos emergentes mas isso não é tão óbvio ao nível da satisfação com o sentido de vida.

Capítulo 6 – Discussão

Seguidamente, iremos abordar as conclusões do respetivo estudo de forma a estabelecer uma relação entre a base teórica desenvolvida na primeira metade do trabalho, as hipóteses do estudo e os resultados obtidos.

A presente investigação teve como objetivo averiguar se a existência de objetivos de *purpose* e de um sentido de vida estão associados ao melhor desenvolvimento da identidade. Desta forma seria de esperar que os adultos emergentes apresentassem um maior desenvolvimento da identidade apoiado em sentido de vida mais claro e satisfatório e objetivos de *purpose* mais consistentes com os papéis da vida adulta. Os adolescentes, ainda estão em processo de definição da identidade, podem não ter objetivos e sentido de vida tão definidos.

Os resultados mostram que os objetivos de *purpose* mais nomeados pelos dois grupos são idênticos, sendo eles a família, bem-estar físico e psicológico, carreira, formação académica e financeiro. Contudo os adultos emergentes dão mais importância à carreira e formação académica do que ao bem-estar físico e psicológico, ao contrário dos adolescentes. Desta forma podemos dizer que os domínios de objetivos que organizam a identidade e a vida de adolescentes e adultos emergentes são os mesmos, verificando-se que os domínios relacionados com as metas ocupacionais (carreira) e os requisitos para os obter (formação académica) ocupam maior importância na hierarquia de objetivos dos mais velhos. A preocupação com a família, objetivo mais referido por ambos os grupos, parece emergir cedo no curso do desenvolvimento contrariando algumas teses que afirmam uma certa despreocupação com o domínio familiar.

Os domínios menos referidos tanto pelos adolescentes como pelos adultos emergentes foram político, moral, aparência física, espiritual/religioso, cívico e hedonismo. A menor preocupação demonstrada pelos domínios político, moral e cívico evidencia um certo desinteresse e descomprometimento social e cívico nos jovens, um resultado já verificado por Damon (2008) e que mereceu a sua preocupação. Este descomprometimento social pelo desinteresse em assumir atividades de liderança organizacional e cívica, pode estar relacionado com o facto de não admirarem os líderes sociais e políticos, acabando assim por demonstrar pouca preocupação com a vida social e política, com os deveres cívicos e um baixo sentido de cidadania. Este dado merece investigação pela importância que tem, tanto para o desenvolvimento dos jovens como para o desenvolvimento da sociedade e das gerações futuras.

O desenvolvimento da identidade é favorecido pelas experiências de cidadania, cívicas, e pela exploração das referências ideológicas que vão definir o sistema de crenças e valores do indivíduo. Para a tarefa identitária são igualmente importantes o desenvolvimento de um conjunto de valores morais e pró-sociais, aos quais os jovens devem ter fidelidade, e que são organizadores da conduta social do indivíduo. Desta forma, esta falta de interesse demonstrando quer pelos adolescentes, quer pelos adultos emergentes constitui um fator de risco do futuro do bem público, das crianças e dos jovens.

Contudo, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas em alguns domínios: a formação académica, ocupação e família, foram mais referidos pelos adultos emergentes, revelando que são elementos fundamentais da transição para a vida adulta. Os adolescentes referiram mais domínios de identidade, bem-estar físico e psicológico, hedonismo, aceitação social e estatuto social o que mostra que estão mais centrados em atividades essencialmente orientadas para o enriquecimento do ego, como é o caso de estatuto social, glória e fama, e do hedonismo. Este dado mostra que os adolescentes ainda permanecem centrados numa lógica imediatista e claramente dominada por valores característicos da sociedade atual, o prazer, a imagem e o estatuto. Para Damon (2008) estes valores não concorrem para uma felicidade significativa. Ao contrário, os adultos emergentes, demonstram que a sua felicidade está mais direcionada para a família e para a carreira, de forma a criarem um futuro sólido e estável.

A existência de finalidade ou *purpose* assegura o melhor desenvolvimento e bem-estar dos indivíduos durante a sua juventude mas, também, a capacidade de enfrentar a vida adulta com maior resiliência, competência, estabilidade e felicidade (Damon, 2008). Podemos concluir que os adolescentes do estudo embora potencialmente preocupados com dimensões significativas da vida adulta, ainda estão muito centrados numa vida de prazer e satisfação mais imediata, mais voltada para o *self*. Este resultado confirma as teses que afirmam que a identidade, na sociedade contemporânea, é uma tarefa mais característica da adultícia emergente que da adolescência (Arnett, 1997, 2000, 2006; Arnett & Taber, 1994; Coté, 2006; Tanner, 2006).

Os resultados confirmaram a hipótese 2 que afirmava a existência de diferenças no sentido de vida entre adolescentes e adultos emergentes. Uma diferença relativa à consciência de ter um sentido de vida definido, claro, que é mais forte nos adultos emergentes. Contudo, não existe diferença na satisfação que ambos os grupos têm com o sentido de vida que

encontram. O sentido de vida resulta de processos de questionamento existencial nos seres humanos em busca da aquisição de um sentido de clareza e coerência para o seu presente e futuro, para os seus projetos e para as suas vidas (Damon, 2008; Steger et al, 2006). Ter um sentido de vida implica que as atitudes e experiências adquirem um significado próprio para o indivíduo, elimina um sentimento de vazio ou a emergência de sintomas como ansiedade, depressão, falta de esperança e declínio físico (Sommerhalder, 2009). Os valores positivos demonstrados pela amostra, sempre acima do ponto médio das escalas, mostra que os jovens do estudo, não apresentam sinais negativos derivados da inexistência de sentido de vida. Neste sentido seria importante analisar outras amostras, por exemplo, de adultos emergentes não estudantes. O nível de satisfação com o sentido de vida não é muito alto, especialmente nos adolescentes. Tendo em conta que os objetivos que valorizaram podemos concluir pela necessidade de aumentar as oportunidades de exploração de domínios de atividade social e comunitária e de exploração de crenças ideológicas.

Os resultados obtidos, maior consciência de sentido de vida nos adultos emergentes, apoiam ainda certos estudos, como é o caso de Rans & Marcoen (1997) e Freire (2001), que observaram que indivíduos mais velhos, adultos emergentes, têm mais capacidade para construir uma certa perspetiva de vida, uma vez que já tiveram mais experiências e, por isso, conseguem avaliar com maior precisão o que efetivamente vale a pena investir e consideram-se mais capazes para alcançar, ou estar em vias de alcançar metas comparativamente com os mais jovens, adolescentes. Esta explicação está associada à perceção da realização das tarefas evolutivas, a experiência da intimidade nas relações de amizade e amorosas, a formação académica e profissional como requisito para uma área ocupacional, experiências que os adolescentes ainda não têm.

Para realizar a tarefa de desenvolvimento da identidade o jovem deve adquirir um sentido evolutivo do tipo de pessoa que pretende ser e de qual vai ser o seu projeto de vida (Eriksen, 1968), ou seja, de clarificar para si próprio o que dá significado à sua pessoa (Damon, 2008), que lhe dá identidade.

Os resultados relativos às forças do ego, representativas do nível de diferenciação e resiliência do ego, um indicador do desenvolvimento identitário (Markstrom et al, 1997), permitiram verificar valores positivos, para ambos os grupos, mas pouco elevados. Um dado que evidencia que ambos os grupos podiam beneficiar de experiências que promovessem a

exploração de papéis e de referências nos domínios das crenças, dos valores e dos interesses, que poderiam melhorar a qualidade desenvolvimental da sua identidade.

A análise das diferenças entre adolescentes e adultos emergentes, como proposto na hipótese 3, confirmou a expectativa anunciada verificando-se maior diferenciação egóica nos adultos emergentes. As forças do ego, são induzidas pela qualidade da síntese egóica das possibilidades e expectativas maturativas e sociais e emergem desde o início da vida pelo que a maturação neurobiológica, as competências emocional, cognitiva e social e a capacidade de exploração e definição de um sistema pessoal de crenças, valores e interesses, progressivamente organizados em dimensões psicosociais de auto-controlo, autonomia, iniciativa e responsabilidade, constituem as condições fundamentais de aquisição e desenvolvimento das forças do ego (Ferreira, 2011).

O facto dos adultos emergentes apresentarem um ego mais independente, diferenciado e resiliente, constitui algo natural de um ponto de vista desenvolvimental. Contudo, os valores pouco altos apresentados por ambos os grupos, e os aspetos já referidos na análise dos objetivos de *purpose*, mostram que a experiência dos jovens, mais novos e mais velhos, pode ser enriquecida de modo a favorecer as suas competências adaptativas e de eficácia. Uma tarefa na qual os psicólogos da educação podem dar um contributo muito importante.

Na hipótese 4 testámos a associação entre as três variáveis do estudo. As relações entre o *purpose* e sentido de vida são quase inexistentes.

Podemos verificar que, nos adolescentes, a menor preocupação com a aparência física contribui para a consciência de sentido de vida, objetivo que também está associado a um sentido de vida satisfatório. Este resultado parece mostrar que o facto dos adolescentes estarem menos preocupados com esta dimensão mais típica da adolescência inicial favorece a orientação para a busca de um sentido de vida. Os objetivos de lazer, hobbies, desporto, estão associados ao sentido de vida satisfatório pelo que este domínio parece induzir satisfação aos adolescentes.

Nos adultos emergentes, a consciência de sentido de vida aparece ligada à família mas a perceção que esse sentido de vida é satisfatório está ligado à formação académica. Nos mais velhos a definição de experiências de significado para a organização de um projeto de vida aparece assim associada a domínios diferentes dos mais jovens. Os domínios da família e da formação académica constituem, deste modo, dimensões estruturantes do sentido de vida, pois estão mais ligados aos papéis da vida adulta, um resultado consistente com os estudos de

Sommerhalder (2009). Estes resultados contrariam Zika e Chamberlain (1992) quando afirmaram que o sentido de vida não muda muito ao longo da existência, ou seja, apenas sofre transformações graduais na conjugação com mudanças nos sistemas de crenças e valores. Além disso, mostram que as mudanças desenvolvimentais, não só existem como devem ser favorecidas, por exemplo, pela intervenção psicológica nos contextos educativos.

Em ambos os grupos a consciência de um sentido de vida aparece altamente associada a um sentido de vida satisfatório o que apoia a importância da definição de um significado para o nível de satisfação individual.

O teste da associação entre objetivos de *purpose* e forças do ego apenas encontrou associações nos adolescentes para os domínios de família, amizade e carreira. Um resultado que evidencia a necessidade de melhorar as experiências relacionadas com os interesses vocacionais e com as dimensões relacionais que organizam esses domínios. As escolas da sociedade atual, muito centradas em competências instrumentais ligadas à aprendizagem dos conteúdos escolares, oferecem poucas oportunidades de exploração e desenvolvimento de competências relacionais. Da mesma forma, não favorecem um processamento aprofundado da exploração vocacional. Do nosso ponto de vista estes resultados mostram oportunidades de intervenção para os psicólogos da educação com o sentido de favorecer os processos desenvolvimentais dos jovens.

A expectativa que os objetivos de *purpose* apresentassem relação com as forças do ego não foi, portanto, confirmada, nos adultos emergentes. Este desencontro entre duas dimensões que deviam ser convergentes deve merecer a nossa atenção. A indefinição identitária que caracteriza a adultícia emergente, mais acentuadamente numa fase inicial (Coté, 2006) pode trazer um sentimento de instabilidade (Arnett, 2000, 2006), que provoca uma certa indefinição. O facto da nossa amostra de adultos emergentes ter uma média de idade baixa (22,63) pode ter contribuído para este resultado. Seria pois muito interessante comparar resultados de adultos emergentes mais novos, entre os 18 e os 23 a 25 anos, e outros mais velhos, entre os 25 e os 30 anos pois poderíamos analisar melhor o processo desenvolvimental da adultícia emergente.

Finalmente, ambos indicadores de sentido de vida, consciência e satisfação, apresentam associação positiva e alta com as forças do ego, com resultados mais altos no sentido de vida satisfatório. Um resultado que confirma a hipótese 5. Nos adolescentes o sentido de vida satisfatório tem maior associação que nos mais velhos. Independentemente

daquilo que dá sentido à vida, estar satisfeito com esse significado está relacionado com o desenvolvimento da identidade nos adolescentes. A consciência de sentido de vida tem associação mais alta nos adultos emergentes mostrando pelo que, neste período, é muito importante definir um projeto de vida para o desenvolvimento da identidade, um resultado que apoia os estudos de Arnett (2000a, 2006, 2007), Coté (2006) e Tanner (2006).

Desta forma podemos dizer que os adolescentes apresentam potencialmente um sentido do tipo de pessoa que pretendem ser e de qual vai ser o seu projeto de vida, mas que não aparece ainda significativamente concretizado nos adultos emergentes. A maior ligação entre objetivos de *purpose*, um sentido de vida e a identidade seriam garantia que o seu processo de individuação e a sua competência para a vida adulta estariam em fase mais avançada.

O seu desenvolvimento, como afirma Damon (2008), mais ligado a objetivos duradouros e globais, pode ser progressivamente adquirido pela definição de objetivos mais específicos e imediatos desde que estes estejam associados a um sentido de finalidade ou direcionalidade. A manutenção de compromissos relativamente duradouros e com significado para o *self* permitirá distinguir o percurso desenvolvimental dos indivíduos na medida em a sua existência induz motivação para a aprendizagem, realização e desenvolvimento. Em síntese há uma necessidade de *purpose* como um componente necessário para um desenvolvimento ótimo. Nos jovens da nossa amostra parece faltar esta direcionalidade ou intencionalidade que seria expresso pela tal ligação entre as variáveis de *purpose* e sentido de vida com a variável de identidade. Desenvolver estudos que procurem obter informação que nos ajude a compreender porque isso acontece constitui, portanto, um outro desafio que resulta deste estudo exploratório.

Além das sugestões que fomos fazendo a propósito de estudos futuros é importante referir que as medidas utilizadas são todas de carácter exploratório. A medida de forças do ego não tem utilização em Portugal pelo que carece ainda de um ajustamento. Os itens que apresentaram menor sensibilidade psicométrica devem ser submetidos a procedimentos de otimização de conteúdo e de forma.

O procedimento/instrumento utilizado para recolha dos objetivos de *purpose* permitiu obter um conjunto de domínios que podem ser sistematizados e apresentados em estudos futuros num formato diferente. Por exemplo, poderemos apresentar uma escala de objetivos para os jovens pontuarem num formato *likert* o que permitirá realizar análises

quantitativas que podem trazer conhecimento nesta área. Naturalmente que a oportunidade de desenvolver estudos com métodos qualitativos que permitam uma informação mais aprofundada daria certamente um contributo ímpar para o conhecimento destes dois grupos etários e de desenvolvimento.

Referências

- Arnett, J.J. (1994). All college students adults? Their conceptions of the transition to adulthood. *Journal of Adult Development*, 1, 154-168.
- Arnett, J.J., & Taber, S. (1994). Adolescence terminable and interminable: When does adolescence end? *Journal of Youth and Adolescence*, 23, 1-21.
- Arnett, J.J. (1997). Young people conceptions of the transition to adulthood. *Youth and Society*, 29(1), 3-21.
- Arnett, J.J. (2000). Emerging Adulthood. A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55(5), 469-480.
- Arnett, J.J. (2006). The psychology of emerging adulthood. What is known and what is remain to be known? In J.J. Arnett & J.L.Tanner.. *Emerging adults in America. Coming of age in 21st century* (pp. 303-330). Washington: APA.
- Arnett, J.J. (2007). Emerging Adulthood. What is it and What is it good for? *Child Development Perspectives*, 1(2), 68-73.
- Baumeister, R. F. (1987). How the self became a problem: a psychological review of historical research. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52 (1), pp 163-176
- Baumeister, R. F. (1991). *Meanings of life*. New York: The Guilford Press.
- Carvalho, C. C. (1999), Identidade e intimidade: Um percurso histórico dos conceitos psicológicos, *Análise Psicológica*, 4 (XVII), pp 727-741.
- Carver, C. & Scheier, M. (1999). Stress, coping and self-regulatory processes. In: Pervin LA, John OP, Editors. *Handbook of personality: Theory and research*. New York: Guilford.
- Costa, M. E. (1991), Contextos Sociais de vida e desenvolvimento de identidade.
- Côté, J.E. (2006). Emerging adulthood as an institutionalized moratorium: Risks and benefits to identity formation. In J.J. Arnett & J.L.Tanner.. *Emerging adults in America. Coming of age in 21st century* (pp. 85-116). Washington: APA.
- Czikszentmihalyi, M. (1990). *The psychology of optimal experience*. New York: harper and Row.
- Damon, W., Menon, J. & Bronk, K. (2003). The development of purpose during adolescence. *Applied Developmental Science*.
- De Vogler, K. L., & Ebersole, P. (1980). Categorization of college students' meaning os life. *Psychological Reports*, 46, 387-390.
- Emmons, R. (1999). *The psychology of ultimate concerns. Motivation and spirituality in personality*. New York: Guilford.

- Erikson, E. (1968) *Identidade: Juventude e crise*. New York: Norton.
- Erikson, E. (1980). *Identity and life cycle*. New York: Norton.
- Ferreira, A.J.S. (1999). *A desvantagem sociocultural e a adaptação escolar de populações étnicas minoritárias em contextos multiculturais*. Tese de Mestrado, não publicada. Lisboa: ISPA.
- Ferreira, J. (2011). À procura da identidade de Heinz. Um modelo de compreensão da motivação moral. Lisboa: Instituto de Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Fiske, M., & Chiriboga, D. A. (1991). *Change and continuity in adult life*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Frankl, V. E. (1999). *Psicoterapia e sentido de vida: Fundamentos da Logoterapia e análise existencial* (3. ed.). São Paulo, SP: Quadrante.
- Freire, S. A. (2001). *Bem-estar subjetivo e metas de vida: um estudo transversal com homens e mulheres pertencentes a três faixas de idade*. Tese de Doutorado não-publicada, Faculdade de Educação, Universidade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, SP.
- Guttman, D., & Huyck, M. H. (1994). Development and pathology in postparental men: A community study. In E. H. Thompson Jr. (Ed.), *older men's lives* (pp. 104-121), Thousand Oaks, CA: Sage.
- Halama, P. (2000). Dimension of life meaning as factors of coping. *Studia Psychologica*, 42, 339-350.
- Kaufman, S. R. (1987). *The ageless self: Sources of meaning in late life*. Madison, WI: University of Wisconsin Press.
- Kiang, L. & Fuligni, A. (2010). Meaning of Life as a Mediator of Ethnic Identity and Adjustment Among Adolescents from Latin, Asian, and European American Backgrounds. *J. Youth Adolesc.*
- Machado, J.P. (1981), Grande Dicionário da Língua Portuguesa, vol. VI, pp. 65, Amigos da Livro Editores.
- Marcia, J.E. (1966). Development and validation of ego identity status. *Journal of Personality and Social Psychology*, 3, 551-558
- Mena Matos, P., Barbosa, S. & Costa, M.E. (2000). A propósito da avaliação psicológica da identidade: Estudo sobre o EOMEIS-2. *Psychologica*, 25, 45-66.

- Pereira, I. (2002), “Identidade em rede: Construção identitária e movimento associativo”, *Sociologia, Problemas e práticas*, 40, pp. 107-121.
- Prager, E. (1996). Exploring personal meaning in an agedifferentiated Australian sample: Another look at the sources of meaning profile (SOMP). *Journal of Aging Studies*, 10(2), 117-136.
- Prager, E. (1997). Meaning in later life: An organizing theme for gerontological curriculum design. *Educational Gerontology*, 23, 1-13.
- Ranst, N. V., & Marcoen, A. (1997). Meaning in life of young and elderly adults: An examination of the factorial validity and invariance of the Life Regard Index. *Personality and Individual Differences*, 22(6), 877-884.
- Reker, G. T. (1997). Personal meaning, optimism, and choice: Existential predictors of depression in community and institutional elderly. *The Gerontologist*, 37(6), 709-716.
- Reker, G. T. (2000). Theoretical perspective, dimensions and measurement of existential meaning. In G. T. Reker & K. Chamberlain (Eds.), *Exploring existential meaning. Optimizing human development across the life span* (pp. 395-5). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Reker, G. T. (2001). *Manual Life Attitude Profile - Revised*. Ontario, Canada: Student Psychologists Press.
- Reker, G. T., Peacock, E. J., & Wong, P. T. P. (1987). Meaning and purpose in life and well-being: A life-span perspective. *Journal of Gerontology*, 42, 44-49.
- Reker, G. T., & Wong, P. T. P. (1988). Aging as an individual process: Toward a theory of personal meaning. In J. E. Birren & V. L. Bengtson (Eds.), *Emergent theories of aging* (pp. 214-246). New York: Springer.
- Ryff, C. (1989). Happiness in everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*.
- Sommerhalder, C., & Goldstein, L. L. (2006). O papel da religiosidade e da espiritualidade na vida adulta e na velhice. In E. V. Freitas, L. Py, F. A. X. Cançado, M. L. Gorzoni, & A. L. Neri (Eds.), *Tratado de Geriatria e Gerontologia* (2 ed. rev., pp. 1307-1315). Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan.
- Sommerhalder, C., & Erbolato, R. M. P. L. (2010). Sentido de vida e relacionamentos significativos na velhice. In L. Araújo, C. Carvalho, & V. Lucena, *Diversidades do*

envelhecer: Uma abordagem multidisciplinar. Teresina, PI: Editora da Universidade Federal do Piauí.

- Steger, M.F., Frasier, P., Oishi S. & Kaler, M. (2006). The meaning in life questionnaire: Assessing the presence of and search for meaning of life. *Journal of Counseling Psychology*, 53(1), 80-93.
- Tanner, J.L. (2006). Recentering during emerging adulthood: A critical turning point in life span human development. In J.J. Arnett & J.L.Tanner.. *Emerging adults in America. Coming of age in 21st century* (pp. 21-56). Washington: APA.
- Thompson, S. C., & Janigiana, S. (1988). Life scheme: A framework for understanding the search for meaning. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 7, 260-280.
- Zika, S., & Chamberlain, K. (1992). On the relation between meaning in life and psychological well being. *British Journal of Psychology*, 83, 133-145.